



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2020

Ata n.º 46

Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dois de Dezembro, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Segunda Secretária: Maria Emilia Bexiga Santos Rodrigues Sousa;-----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da ata de 12-11-2020;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2021 em 0%; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa de Lançamento de Derrama para o Ano de 2021 em 0%;-----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis com referência ao ano 2020 em 0,3% para prédios urbanos; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2021 de 0%; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 76 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, da não transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais, na área da Educação, no ano 2021; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 24 do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, da não transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais, na área da Ação Social, no ano de 2021; -----



PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como no n.º 1 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, referente ao procedimento para "Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município", pelo preço base de 12.900,00€ mais IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para Fornecimento de peças e acessórios para máquinas da marca Caterpillar, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 9.840,00€, mais IVA; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas das marcas Audi, Skoda e Volkswagen, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 33.000,00€ mais IVA;-----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de comparticipação financeira no Grupo de Ajuda a Toxicodependentes (G.A.TO.) para custear o internamento de um munícipe de Albufeira, pelo valor de 3.068,40€;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Prorrogação do Processo n.º 037/CEI/20 ID e do Processo n.º 038/CEI/20 ID do IEF - Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito da medida "Contrato Emprego - Inserção (CEI)" destinadas à prestação de trabalho na área da Educação, pelo valor de 43.348,80€;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho na redação em vigor, referente ao Ajuste Direto para Prestação de Serviços de Recolha, Transporte de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana e Serviços Auxiliares, no município de Albufeira (Janeiro e Fevereiro), pelo preço base de 811.500,00€ mais IVA;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho na redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Empreitada de



Requalificação de Muros, Escadaria e Estabilização da Arriba da Praia do Peneco”, pelo preço base de 1.033.900,74€ mais IVA;-----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, das Grandes Opções do Plano 2021-2025;-----

PONTO DEZASSETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme as alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do Orçamento e Plano Plurianual 2021-2025, incluindo o Mapa de Pessoal e Quadro Plurianual de Programação Orçamental;-----

PRESENÇAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Bertílio da Conceição Cevadinha Matias (suplente PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), João Alexandre Sequeira Jorge da Silva (PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Raquel Carolina Madail Pino Reis (suplente PS), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Maria Emília Bexiga Santos Rodrigues Sousa (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (suplente CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Gaspar Manuel Rocha Meirinho (PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (suplente PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, da Guia - Dinis Nascimento e os Secretários da Junta de Freguesia de Ferreiras - José Estevão e de Paderne - João Guerreiro. -----

Faltas: Francisco Oliveira, Fernando Cabrita, Renato Pimenta, Helena Simões, José Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne - Miguel Coelho. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Bertílio Matias, Raquel Madail, Cândido Reigado, Rui Gago, Rui Bernardo, José Estevão e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -----



Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que se faça cumprir as regras impostas pela Direção Geral de Saúde e que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube.---

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Paolo Funassi: "Olá, boa noite a todos, o meu nome é Paulo Funassi. Primeiro queria começar dizendo que em poucos lugares do mundo os estrangeiros são tão bem acolhidos e pela integração que têm aqui em Albufeira, é um exemplo no mundo, por isso do mundo todo vêm morar aqui, eu já faz três anos que moro aqui e posso ser testemunha disso. Dito isto, queria também elogiar o Presidente da Câmara pelo que tem feito, assim como o "Busto do Gandhi", por ter promovido isso, espero que também que outras comunidades e vou tentar fazê-lo também, promovê-lo também a ideia da comunidade da Italiana para ter, digamos assim, um "Busto dos Ilustres", digo ilustres porque acho que é uma boa ideia e demonstra mais ainda a integração do bom acolhimento do estrangeiro aqui. Dito isto, obviamente que há o Gabinete do Estrangeiro e queria saber como o Presidente Rolo julga, digamos assim, o trabalho do Gabinete do Estrangeiro aqui nos últimos anos e também o que tenciona fazer. O Gabinete de Estrangeiros junto à Câmara, mediante esta crise económica que também está afetando muita forte, muitas comunidades. Também sei que se encontrou por exemplo com a Embaixadora da Índia, pela desocupação muito grande que está essa comunidade e também outras, por isso queria fazer esta pergunta. E também já que estamos na crise económica mundial e histórica que estamos vivendo, também acho que se pode sair todos juntos desta crise, a única solução, estrangeiros e obviamente portugueses todos juntos trabalhando para o bem de Albufeira, maioria e minoria também aqui dentro da Câmara. E sei que a minoria também, como a maioria também obviamente sempre apresentou propostas e a minoria também apresentou um plano bastante detalhado, propostas para resolver a crise, e queria saber se a Câmara acolhia alguma dessas propostas e quais poderiam ser acolhidas e ter acolhimento para e também ser útil. Muito obrigado, boa noite a todos". -----

Carlos Afonso: "Muito boa noite a todos, eu sou o Carlos Afonso e venho em representação do meu empregador que é a loja "Quadro Decor", situada na Rua Vinte e Cinco de Abril, na Baixa de Albufeira, junto à Praia dos Pescadores, e o que me traz aqui hoje são três questões que acabem por estar relacionadas. A primeira delas é a questão das obras que iriam ser feitas na baixa. Esta pergunta direcionada ao Senhor



Presidente, em meados de Setembro eu vim falar consigo porque sabíamos, o pessoal ali das lojas, dos restaurantes e tudo mais, que iriam ser feitas estas intervenções e o Senhor disse-me na altura que as obras seriam para começar em princípios de Novembro, o mais cedo possível. Em prejudicar um ano que fosse ruim e um ano que fosse bom prejudicava-se já este que de qualquer maneira já não havia ninguém. Entretanto já estamos em Dezembro, ainda não começaram obras nenhuma, eu tentei por diversas vezes ligar para a Câmara também para saber o porquê disto não é, e também não consegui obter qualquer tipo de resposta até agora. E queria dizer outra coisa, quando o Senhor me transmitiu, isto não é, que as obras iriam começar o mais cedo possível, essa informação eu passei ao restante pessoal que estava lá em baixo, aqueles com quem eu tenho lidação, portanto tem estado toda a gente a aguardar, e até agora não começou obras nenhuma. Era para saber quando é que vão começar? O que é que se vai fazer? Há, e o Senhor Presidente na altura tinha-me dito também que iam fazer uma reunião com todos os interessados, o pessoal das lojas, dos restaurantes, táxis, etc., sejam o que for, que tenham uma palavra a dizer, para informar o que iria ser feito e também, que eu acho este ponto muito importante, ouvir-se as pessoas. Porque nós que estamos ali temos muitas vezes uma sensibilidade prática relativamente a problemas que acontecem ali naquela zona específica, que quem vai fazer o projeto, plantas e tudo mais muitas vezes não têm. Então era para perguntar isso. O segundo ponto tem a ver com a desertificação da baixa. A desertificação nos meses baixos de inverno, nós assistimos de ano para ano cada vez se nota que há menos pessoas ali, há mais espaços a fecharem e isto é uma coisa que está relacionada uma com a outra. O facto de haver cada vez mais espaços a fecharem tem a ver com o facto de não haver pessoas para os frequentar, pois ninguém tem o negócio e quer estar com o negócio fechado, portanto isto está relacionado. Eu acho que era importante o Município começar a pensar em maneiras de combater isto. No meu entender, aquilo que eu acho, acho que um dos pontos que podia realmente fazer para começar a combater isto é a questão do estacionamento. Não há estacionamento. Portanto, o estacionamento, o parque é pago, o parque é caro. Portanto, as pessoas ou pagam parque que é extremamente caro ou senão têm que deixar o carro aqui nas imediações da Câmara e ir até lá a pé, o que para as famílias por exemplo que se tiverem carros de bebé, etc., etc., ninguém faz isso, ninguém está disposto a fazer isso. Acho que era importante arranjar-se uma solução de modo que



permitisse às pessoas ter um estacionamento mais próximo lá onde pudessem deixar os carros e começar a passear por ali, porque a partir do momento que isso começar a acontecer, eu já ouvi à tempo pessoas dizerem aqui da Câmara inclusive, que os espaços fecham todos e logo ninguém vai para lá. Pois isso está relacionado. O principal problema para mim foi o Município ter retirado os lugares de estacionamento gratuito, e cada vez são menos. Agora já na Rua dos Telheiros havia lá, eu acho bem que se faça isso, todas as obras que estão a ser feitas acho muito bem que se façam, agora tem de se arranjar uma solução para os meses fracos. O que eu sugeria era nos meses de Novembro até Fevereiro que são os meses fracos, a Câmara arranjar uma alternativa de estacionamento, por exemplo o Largo da Praia dos Pescadores que aquilo é enorme e está lá ao abandono, e agora com a obra que se vai fazer arranjar uma maneira de os carros poderem passar para lá e poderem estar ali estacionados com qualquer tipo de controlo, uma cancela, seja o que for, mas que permita que as pessoas se desloquem lá e possam passear, e isso vai ser o ciclo de causa consequência e vice-versa, a partir do momento que começarem a aparecer mais pessoas há proprietários que têm espaço que lá vão decidir não fechar. E isso era uma parte importante. Mais importante ainda era, ou recuperar o controlo do parque de estacionamento da Avenida Vinte e Cinco de Abril ou fazer algum tipo de acordo com a empresa que o explora no sentido destes meses eles poderem facilitar o pagamento ou ser um valor mais baixo, não sei, já não domino essa parte, mas acho que era muito importante. Outra coisa que me parece importante neste sentido de minimizar ali a baixa nestes meses, que são quatro meses que são muito fracos e que de ano para ano são cada vez mais fracos, é, no Largo ou no Jardim da Meia Laranja, tem lá aquele bloco de pedras que acaba por ser uma divisão entre um lado do jardim e o outro, porem um parque para as crianças com escorregas, com baloiços, com algo que leve os pais e que leva as crianças para lá e os pais possam estar também, que isso vai ser um polo de atração para as famílias. Há, relativamente ao estacionamento, o que eu estou a dizer para a Avenida Vinte e Cinco de Abril acho que é válido também para a Avenida da Liberdade, se a Câmara tiver oportunidade e conseguir fazer isso. Agora um parque para as crianças, aquilo não ocupa muito espaço, ocupa ali cinco metros quadrados, seis metros quadrados, dez metros que seja e vai fazer com que as crianças queiram ir para lá e os pais ficam lá mais tempo, acabam por consumir, acabam por dar outro tipo de dinâmica à baixa e isso parece-me algo que deve de ser considerado. Aliás, eu por acaso trouxe aqui já em dois mil e onze, eu



alertei para isso quando o parque passou à tal modalidade de duas horas de parque gratuito mediante apresentação de uma prova de compra, nessa altura eu enviei um email, na altura o Senhor era Vice-Presidente e Senhor Engenheiro Carlos Quintino que na altura era Vereador dessa parte, a alertar para isto mesmo, isto foi à nove anos atrás. Eu tenho aqui os emails, imprimi, faço questão depois de deixar um depois consigo, outro com o PS e outro com a Assembleia, um para todos, para verem que já há nove anos que eu ando a alertar para isto, que isto que está a acontecer agora e nos outros anos antes e vai ser cada vez pior. Então penso que isto é realmente importante, porque isto dá uma imagem muito negativa da nossa cidade. As pessoas chegam ali, eu, que estou ali o ano todo, nós estamos abertos o ano todo, fechamos aos domingos logicamente agora durante o inverno, e todas as semanas há várias pessoas, turistas, a queixarem-se disso mesmo, que está tudo fechado, para o ano já não saberemos bem se queremos vir aqui. E isto vai ficar cada vez pior se não forem tomadas medidas urgentes, penso eu que isto é uma questão urgente, que é uma má publicidade para a nossa cidade. Eu sinto-me mal e muito sinceramente quando vejo para uma cidade que se intitula a capital do turismo acho que na parte do inverno estamos a falhar redondamente. Se formos passear a Quarteira, a qualquer outra cidade do Algarve no inverno não acontece o que acontece ali. Portanto acho que isso era uma coisa a tomarem atenção. Outra das questões que me traz aqui tem a ver muito especificamente com as obras que vão fazer à parte da superfície, acho bem que façam as obras, concordo plenamente que se ponham tubos mais largos, escoamento, etc., etc. Na parte de cima, dessa vez que eu vim falar com o Senhor Presidente eu trouxe ali algumas sugestões, queria saber também o que é que ficou decidido em relação a sessas sugestões e já agora aproveitar para dizer, uma vez que vai fazer esta obra tentar corrigir algumas situações que não ficaram bem feitas da primeira vez. Foram várias, ninguém acerta à primeira mas agora com a experiencia já temos uma hipótese de melhorar. Sendo que a mim parece-me essencial o local para cargas e descargas existente agora não dá, o espaço é muito pouco. Mais uma vez o Largo da Praia dos Pescadores tem ali um espaço gigantesco, se fizessem um piso que fosse bem, não sei se o alcatrão será a melhor opção, que se visse que era uma estrada a passar ao centro da Avenida, isso é super importante. Eu já estive ali a ver de maneira a pensar não prejudicar ninguém, porque as pessoas estão de um dos lados da rua já têm estruturas lá, têm espaços que ocupam já, que pagam, para não prejudicar ninguém



a estrada poderia passar ao meio, não é, e tudo o que está agora a passar ao meio como sejam, as bancas a circulação dos táxis, etc. etc., encostava ao lado esquerdo, ou seja, ao meu lado. Porque eu estou ali o inverno todo, nós estamos ali o inverno todo e temos constantemente carros a passar à frente da porta, e estão outros sítios que estão fechados, que eu não critico ninguém que fechem, aliás nós até estamos a pensar em fazer o mesmo se isto continuar assim, se não forem tomadas atuais medidas, pois não vamos estar ali a fazer nada de inverno e é mais um que fecha durante o inverno. Eu não critico as pessoas fecharem, eu no lugar deles fazia igual, nos restaurantes as comidas estragam-se, têm montes de pessoal que precisam de empregados, se não dá lucro é fechar, fazem muito bem, eu no lugar deles fazia igual. Agora dito isto, nós estamos ali abertos o ano todo e tenho constantemente carros a passarem à frente da porta. Quando eu falei consigo da outra vez, temos uma rampa que nós colocamos lá que aquilo tem três degraus, precisamos ter um acesso às pessoas com cadeiras de rodas e às mães com carrinhos de bebés, etc., etc., essa rampa chega quase ao espaço limite da ocupação do nosso toldo e o que é que isto faz: os miúdos acham muita piada àquilo, descem por ali a correr e de repente passa um carro por ali a fora e os pais estão distraídos, é verão, estão de férias, andam ali descansados da vida e andamos sempre nós lá, cuidado, cuidado, que passa aí carros. Portanto como falei da outra vez e o Senhor Presidente disse-me que ia considerar isso, há ali espaço que permite a fazer isso. Dos lados que estão as lojas podem encostar as vendas ambulantes que são uma parte importante, aliás, tanto as vendas ambulantes como os táxis são dínamos de atração de pessoas lá à baixa. Portanto, eu não sei, está encostado de um lado da rua quando deveria estar ao meio, penso eu, e acho que há o espaço para se fazer isso, as bancas ficavam viradas às lojas e aos restaurantes onde teriam um corredor de circulação que é o que acontece agora, as bancas estão a meio da avenida viradas uma para cada lado e aquilo tem um corredor e nós estamos cá mais à ponta, pois ali de lado com carros a passarem constantemente. Acho que isso era uma coisa importante para se fazer e acho que era importante também arranjar vários sítios, se a estrada passar lá pelo meio até lá ao final da Avenida, está lá o espaço de passagem dos peões, portando aí seria onde passavam as viaturas e seria passeio tanto do nosso lado da Avenida e dava para todos, não era preciso ninguém mexer em nada do que já está, ficava ótimo, e parece-me algo também muito importante. E devo estar a chegar ao



limite do meu tempo. Portanto acho que não tenho mais nada para dizer, é só isso. Muito obrigado". -----

Filipa Vieira: "Boa noite, agradeço o vosso tempo, vou ser muito breve. Eu só vim perguntar se vocês conhecem os turistas que vêm para Albufeira, não só a nível quantitativo mas a nível qualitativo também. Se têm alguma ideia das dimensões, o que move o turista a vir para Albufeira e depois constatar isso com quem recebe o turista? É só essa a pergunta que eu tenho para fazer. Há, e já agora, se existe algum plano entre a câmara Municipal e a Universidade do Algarve? Se esse mesmo plano a nível de estatística de decisões, de análise de dados, contempla por exemplo estágios de jovens do concelho que fazem cursos aqui na universidade por exemplo? E envolver estes dois universos para o bem de todos. Obrigada". -----

Eurídice Vieira: "Boa noite a todos. Eu aproveitei vir aqui a Assembleia, estou aqui como munícipe porque eu moro no Aldeamento Jacarandá, que é dos mais antigos de Albufeira e há mais de três meses, há cerca de três meses e meio que não temos eletricidade pública. Nós inicialmente telefonamos para a EDP, eu e os meus vizinhos várias vezes, fui à Junta de Freguesia ver se podiam fazer alguma coisa, muito simpaticamente tomaram conta da ocorrência, fizeram diligência junto da Câmara Municipal e disseram que era melhor eu contactar a Câmara Municipal. Eu contactei, dia onze de Setembro mandei um email para a Câmara Municipal, dia vinte e quatro recebi a resposta a dizer que: "o processo de gestão da sua ocorrência sobre iluminação, foi concluído pelos serviços do Município de Albufeira". Entretanto a situação não se alterou, em Novembro, dia quatro de Novembro mandei novamente um email a dizer que se mantinha a situação e aí nem obtive resposta nem houve qualquer alteração da situação. Recentemente uma das minhas vizinhas tentou marcar uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara, foi dito que nós tínhamos de contactar a EDP porque o problema era com a EDP. Ora, nós não temos nenhum contrato com a EDP para iluminação pública, que eu saiba é a Câmara Municipal que tem contrato com a EDP para iluminação Pública, um serviço que não está a ser fornecido. Por isso eu venho aqui, os meus vizinhos queriam ir para a comunicação social, eu achei que era mau ir para a comunicação social, era dizer que são cerca de sessenta habitações, a maior parte delas neste momento não estão habitadas mas são sessenta fogos que neste momento não têm qualquer iluminação, todo o Aldeamento não tem qualquer iluminação pública. Obrigada, boa noite". -----



Ana Vidigal: “Boa noite a todos. Em primeiro lugar cumprimentar a mesa, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal e demais elementos da mesa, Senhores Deputados aqui presentes, também os Senhores Vereadores e todo o público em geral. Dizer que fico satisfeita por haver mais público e portanto a mensagem está a passar da participação do público nestas Assembleias Municipais. Queria lamentar publicamente o falecimento do nosso Alfredo Machado, penso que não deve ter havido ninguém aqui nesta sala presente a quem ele não tivesse falado ou não tivesse tirado uma fotografia, cobriu todos os eventos desta terra e portanto lamentar profundamente e os continuados sentimentos a toda a família. Lamentar também os falecimentos que houve nesta nossa terra no âmbito do Covid, mas parabenizar efetivamente o trabalho desenvolvido, porque neste momento estamos em risco moderado e queria saudar também toda ação desenvolvida pelo Executivo de Albufeira particularmente, pelo Presidente da Câmara no sentido de conduzir tudo o que existe e todas as plataformas e todos os meios que estão ao dispor para que efetivamente neste momento o risco seja moderado. Portanto tem sido aqui feito também um papel também muito importante ao nível da Proteção Civil e daí o nosso agradecimento, entre outros mas naturalmente pela Proteção Civil e demais agentes de Proteção Civil. Agradecer também a todas as Instituições, o que têm feito neste sentido e aproveitar para dar as boas vindas, e agradecer a boa vinda da ReFood a Albufeira, é recente e portanto mais uma instituição vocacionada para a área social e particularmente na área das necessidades alimentares. Queria também agradecer toda a comunicação que já percebi ser mais assertiva, mais presente e mais permanente e portanto congratularmos com isso bem como todas as linhas que entretanto foram criadas para que haja uma comunicação mais direta com o cidadão. Uma situação diferente, não sei mas gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se houve alguma vez algum contacto nesse sentido, porque houve alguns protocolos com o Ministério da Administração Interna naquilo que diz respeito às obras que foram feitas no Destacamento Territorial da GNR de Albufeira e também para os Olhos de Água. A minha pergunta seria no sentido, se houve algum ou está previsto algum protocolo nomeadamente com o Ministério da Justiça para que haja uma colaboração nos arranjos eventualmente do Tribunal de Albufeira. É um edifício que precisa de manutenção quer exterior quer interior e portanto seria interessante que esses



contactos se não tiverem existido que venham a existir no sentido de promover não só mais benefícios para quem lá trabalha e sobretudo também para os cidadãos. É um edifício da nossa terra independentemente das competências, não é uma competência da Câmara mas existirá sempre a possibilidade de eventuais protocolos. Gostaria de perguntar também quais são as medidas previstas para apoio ao comércio local e à restauração, tendo em conta a todas as notícias que temos do seu mau estar? E gostaria também de fazer uma proposta que era, que, no Albufeira PT ou noutra forma que julgarem mais adequado mas que seja permanente e de uma forma continuada pudessem relevar-se os nossos autores da nossa terra e todos os dias ou todas as semanas aparecer efetivamente um livro de um dos autores da nossa terra, dos nossos escritores, dos nossos poetas, com a edição do livro, da possibilidade de consultar ou de o requisitar na Biblioteca Municipal e dar voz a esses nossos autores, bem como, através do vídeo e de uma outra forma também passarem algumas músicas dos nossos cantores, dos nossos músicos, das nossas bandas da nossa terra. Seria uma ação bonita de Natal. Gostaria também de agradecer, e sei que houve vários e há cada vez mais cabazes que estão a ser feitos pela Câmara Municipal para serem distribuídos, e dessa forma também gostaria de agradecer ao Executivo no seu todo e a todas as forças políticas que têm contribuído para que esta seja uma realidade. Mas dizer que^[CMMMG1], além disso seria de relevar também todas as doações que os cidadãos têm feito e particularmente aqueles que não têm rostos, que são anónimos e que são muitos e que fazem de Albufeira de facto um concelho, uma terra solidária. E dizer tal como tinha referido na última sessão, que todos juntos com certeza faremos melhor e todos juntos com certeza cuidaremos melhor de Albufeira. Um Feliz Natal para todos e em fim, com certeza que Albufeira terá um Natal quente com a ajuda de todos".-----

Presidente da Câmara: "Relativamente ao Senhor Paolo Funassi, portanto agradecer as suas palavras. Relativamente à questão da inclusão, realmente uma terra turística, terá que ser e deverá ser inclusive, evidentemente que temos que estar de acordo e de alguma forma corroborar com a diferença de todos, todos são diferente, ninguém é igual e portanto daí que todos terão lugar numa sociedade e numa comunidade, neste caso uma comunidade que recebe gente de todos os países. Provavelmente, nós temos em Albufeira, temos agora nesta fase, é um bocado difícil dizer mas temos em Albufeira em anos normais, digamos assim, à volta de setenta oitenta nacionalidades diferentes, significa realmente que existe uma heterogeneidade de nacionalidades que



obriga precisamente a isso e por essa razão a questão do Busto do Gandhi ser colocado ali. Foi uma oferta da Embaixada da Índia, todos sabemos que a Índia tem imensas pessoas aqui a trabalhar em Albufeira, nomeadamente na Indústria Hoteleira também, agora menos, dado ao agravamento da situação, na Limpeza Urbana por exemplo, muitos deles são Indianos e fazem falta por aquilo que é normal ver e isso enquadrasse também por uma questão, que a questão dos turistas, aqui não se trata de turistas tratasse de trabalhadores, falar na qualidade, não são pessoas de distúrbios, são pessoas até bastante reflexíveis, e daí também, aceitei de bom grado que o Busto do Gandhi tivesse lá colocado naquele sítio, muito embora houvesse algumas críticas, mas pronto, em fim, temos que ouvir as críticas, nem toda a gente está de acordo com tudo nem é necessário que isso aconteça e muito menos é possível. Relativamente à questão dos apoios que a Câmara possa dar através dos seus serviços, nomeadamente a Ação Social e Proteção Civil, nomeadamente estes dois serviços e outros, posso, tendo em conta as medidas e de acordo com as medidas que forem sendo tomadas. Evidentemente que esses apoios não escolhem a nacionalidade desde que a pessoa esteja devidamente enquadrada com tudo aquilo que normalmente se pede, nós não podemos esquecer que nós temos por exemplo muitos alunos filhos de pessoas estrangeiras, pessoas não naturais nas nossas escolas e elas recebem os subsídios que devem receber, recebem os benefícios que devem receber a nível da Educação mas também recebem a nível da Ação Social se for caso disso. A questão do arrendamento, do subsídio do arrendamento a questão da comparticipação eventualmente naquilo que é a questão da parte da alimentação, de medicamentos, tendo em conta as necessidades e de acordo com as regras, evidentemente tudo isto tem de ter regras e tem de ter os seus regulamentos. Relativamente ao Gabinete, penso que é o Gabinete do Emigrante. O Gabinete do Emigrante foi criado precisamente nesse sentido porque nós temos um concelho que recebe realmente muita gente, há muitos emigrantes e aquilo é sempre uma porta aberta para de alguma forma encaminhar, não sendo às vezes de resolução por parte da Câmara mas serve para encaminhar a própria pessoa para outro serviço ou então dizes-lhe a informação que tem que recorrer. Relativamente às propostas que falou, nós estamos, com certeza que estaremos abertos a haver novas medidas e na próxima semana vemos novas medidas nomeadamente para a restauração e para o comércio local. Evidentemente que tudo isto são medidas devidamente enquadradas na lei, portanto nós nem sempre é possível



atribuir tudo aquilo que muitas vezes se possa pensar e também depende dos limites formais e financeiros. Quero lembrar que já atribuímos um milhão e cem mil euros através de um fundo, através de microempresas, funcionários liberais, microempresas, quase um milhão e duzentos mil euros, só nesse fundo, depois temos outros apoios. Lembro-me que tivemos a isenção das tarifas fixas da Água, Resíduos e Saneamento, tivemos a isenção da Ocupação da Via Pública, tivemos e estamos a ter, e outras isenções eventualmente vão ser criadas nos próximos tempos. Evidentemente que nos tempos próximos não sabemos o que irá acontecer mas em fim, com este aparecimento aí da vacina pode ser que isto se resolva dentro de algum tempo, menos do que aquele que a gente possa estar a pensar, mas de qualquer das maneiras é sempre inconstante e é sempre imprevisível toda esta situação. Ainda há bocado alguém falou, a Senhora Doutora Ana Vidigal falou na questão do Risco Moderado, pois Albufeira desceu de risco elevado para nível de risco moderado, mas isso significa realmente houve em termos genérico, em termos globais houve cuidado, houve cuidado, houve trabalho individual, trabalho coletivo, mas não significa que a qualquer momento haja uma situação que altere completamente essas situações. Eu lembro-me, há um concelho, não sei se é o concelho com o risco mais alto que é o concelho de Gavião, é um concelho que não tem quase ninguém e no entanto está com um risco extremamente elevado. Por acaso, não é por acaso, é o meu concelho, o concelho onde eu sou natural, e por isso eu sei perfeitamente que até há aqui uns meses não tinha quase ninguém infetado e de um momento para o outro, não sei se foram dois lares, salvo, erro, disparou grandemente tendo em conta o número de habitantes que tem. Tudo isto é relativo, o facto de Albufeira estar assim e outro estar assado, ou de Albufeira já ter estado noutra campo significa que é a comparação com os tais cem mil infetados que é o índice dos duzentos e quarenta, quatrocentos e oitenta, novecentos e sessenta, por aí a fora. Penso que mais ou menos numa forma genérica respondi às questões. O Senhor Carlos Afonso, a questão das obras na Vinte Cinco de Abril, evidentemente que as obras eram realmente para ter começado no mês de Novembro, só que o empreiteiro sendo o mesmo que está a executar as obras ali do Inatel, fazer aquela ligação, vai ter que fazer aquela ligação até ao final deste ano e em Janeiro terá que começar. Aliás já reuni com ele, já certei com ele esta situação, acabar a obra lá na Baixa. Falei numa reunião, e vai acontecer, em Janeiro queremos uma reunião que vamos falar sobre aquela Baixa toda. Eu faço lembrar que a Baixa não tem, é verdade não há



estacionamento, o estacionamento que há, ele não há estacionamento, ele há estacionamento, quer dizer, nós temos o estacionamento P1, o Pau da Bandeira que é um estacionamento relativamente grande e está ali bastante perto, uma vez que está as escadas rolantes, se não tivesse escadas rolantes era difícil, claro, obviamente. Digo isso porque é um número de lugares bastante alto, mas pronto, essa situação terá que ser resolvida. Mas faço lembrar, agora não se nota infelizmente porque a produção de resíduos é fraca, é pouca, mas se todos se recordarem e se refletirem um bocadinho sobre isto, a Baixa não foi contemplada a nível das obras produzidas, executadas ou programadas pela sociedade POLIS, não foi previsto a recolha dos resíduos. Reparem que não há nenhuma ilha ecológica, neste momento é difícil fazer uma ilha, quando as pessoas, deixou-se que o comércio avançasse, teria sido ótimo na altura que estava tudo esburacado é que era altura de ter feito. Não foi feito, foi feito uma situação completamente provisória que não tem grande nexos porque terá de ser resolvido de outra forma. Não tem grande nexos aquela solução que lá está, que é no próprio parque de estacionamento haver lá um compactador, aquilo teve de ser cortado até um bocado da placa para caber lá o compactador, portanto é uma situação que devia ser provisória mas já se tornou definitiva. Portanto aquela Baixa tem de ser olhada de uma forma transversal, de uma forma equilibrada de tudo. A questão das cargas e descargas, não pode haver numa terá com tanto turismo, nos meses de verão não pode haver tanto carro a circular naquela zona de maneira nenhuma, portanto tudo aquilo tem de ser revisto mas tem de ser trabalhado não com os técnicos da Câmara e com o Executivo Camarário mas também com as pessoas que moram por lá. Em Janeiro iremos ter novidades e podemos falar nesse campo. Relativamente à questão da via ao centro, a faixa de circulação ao meio da Avenida insere-se precisamente neste plano global que teria de ser aquilo. Depois temos a questão do parque para as crianças na Meia Laranja, pois este ano era por acaso para no Natal aquilo que se passou aqui o ano passado o SnowLand era para ser uma parte lá em baixo também, mas lá está, com esta situação não aconteceu. A Venda Ambulante já falou, é a mesma situação dos táxis, ao centro da via ou nas partes laterais. Relativamente à Filipa que falou na Gestão da Qualidade dos turistas que vêm para cá. Evidentemente que há estudos sobre isso, a qualidade dos turistas, nós não podemos escolher um a um os turistas que vêm para cá, penso que são turistas, alguns com poder de compra um pouco mais evoluído outros com poder de compra menos evoluído, enfim, há aqui alguma miscelânea de nível, digamos



assim, se é possível falar de nível, nível de turista. Depois a relação dos estágios da Universidade do Algarve, lembro a todos que quase permanentemente a Câmara Municipal de Albufeira tem vários estágios curriculares da Universidade do Algarve, de alunos dos mais diversos cursos. É uma questão quando a Universidade solicita, nós estamos sempre abertos para essa situação. Relativamente à Doutora Eurídice Vieira, aqui a questão do Aldeamento Jacarandá, pois, evidentemente que a iluminação pública é um problema e é uma responsabilidade da EDP, mas a resposta que foi dada que a Câmara não tem nada a ver com isso, têm, que a Câmara é que tem de fazer o contrato com a EDP, obviamente. Não pode ser o privado, o privado pode dizer à EDP, tem lá um número azul ou número verde, que se telefona para lá a comunicar uma lâmpada apagada ou coisa parecida, isso é uma coisa, agora fazer obras de investimento terá que ser através da Câmara. Próxima semana poderemos fazer uma reunião nesse sentido para clarificar a situação, ou deve haver aí qualquer questão relativamente à questão do empreendimento. Depois a Doutora Ana Vidigal fez aqui um lamento sobre a morte do nosso amigo Alfredo, pois, evidentemente que era uma pessoa sobejamente conhecida, inclusivamente, penso eu, que chegou a ser membro desta Assembleia há muitos anos, enfim, é como ela disse, não houve ninguém aqui com certeza, praticamente ninguém ou quase ninguém que ele não tenha tirado uma fotografia. Relativamente à questão do Quartel do Olhos de Água, é realmente uma preocupação grande, não é grande é enorme, mas situações que se prendem com a Administração Central muitas delas são quase inultrapassáveis. Eu assinei um protocolo coma Senhora Secretária de Estado que era Isabel Oneto, foi antes desta remodelação governamental na área da Administração Interna e a partir daí está o projeto de arquitetura, está já há uma série de meses na Secretaria Geral da Administração Interna que é a entidade a nível central que tem essa responsabilidade. O protocolo que foi assinado foi que os projetos são da nossa responsabilidade mas com a aprovação deles, claro, obviamente a obra é deles e o pagamento da obra estava na altura, não quer dizer que agora seja aquele valor ou que seja mais ou menos, depende depois das propostas de concurso, estava na altura em quinhentos mil euros e caberia à Administração Interna duzentos e cinquenta mil e à Câmara Municipal duzentos e cinquenta mil. Esperemos que isto realmente o mais depressa possível se resolva mas tem sido difícil. Relativamente aqui ao Tribunal, a situação em que está, pois não houve nenhum contacto da Justiça. Normalmente há duas entidades que é a Justiça e as



Finanças, normalmente não pedem muita coisa. A Guarda Nacional Republicana até pede algumas coisas, a Educação pede coisas, a Saúde pede coisas, agora a Justiça é um facto, há-de haver uma razão qualquer para que isso aconteça. Estas duas entidades da Administração Central normalmente não pedem, é uma questão de se estabelecer um protocolo com a Justiça no sentido de dar alguma forma diferente àquele mesmo Quartel. As medidas já falei e realmente a comunicação e a atualização tem que ser uma realidade, não pode haver coisas completamente desgarradas no tempo e sem serem atualizadas. Depois, fica aqui a sugestão da questão do livro de autores Albufeirenses e também das músicas dos nossos músicos de Albufeira que temos alguns e é uma sugestão que pode ser interessante. É só, obrigado". -----

Carlos Afonso: "Relativamente à questão do parque. Eu falei no parque gratuito, o Senhor Presidente falou no parque P1, eu penso que esse parque seja a pagar, não é. Eu estou a falar em parque gratuito, lugares de estacionamento gratuitos. E aproveitando também, esqueci-me, já agora digo, quando chega esta altura das festas a animação de Natal, esta que fazem aqui junto à Câmara, acho muito bem que façam e continuem a fazer mas podiam passar algumas destas coisas também lá para a Baixa. Para tentar dinamizar e para que as pessoas tenham interesse em se deslocar lá. E era parque gratuito, sim". -----

Presidente da Câmara: "Só a questão dos parques, eu sei que há parques gratuitos onde nós quisermos. Aqui não é bem assim, porque o P6 é um parque que foi dado à exploração a uma empresa que é uma realidade completamente diferente do outro, do P1. Enquanto o outro foi só aquela situação e é perfeitamente até negociável a posição da empresa e eles estão abertos a essa negociação, aliás, eu sou apologista e já disse isso muita vez, que os parques de estacionamento deviam ser todos públicos, é um bem público, é um bem de todas as pessoas. Evidentemente que não estou a querer dizer com isto que seja tudo grátis, pode ser é valores muito mais contemplativos para se suportar apenas alguma despesa que eles próprios criam, e não ser valores de especulação ou de lucros, em fim, lucros que possam ser até bastante altos e lesivos da mobilidade humana e dos seres humanos. O outro parque, o da Vinte Cinco de Abril, é um parque que está agarrado a uma construção do parque na Avenida da Liberdade, ao cimo da Avenida da Liberdade, que foi o empreiteiro que construiu aquele parque logo na questão da construção, aliás, começou a ser construído por uma empresa que faliu, depois a Câmara Municipal abriu um concurso para o resto, para acabar, para acabar



não, para fazer, que o outro empreiteiro não chegou a fazer praticamente nada, só fez sondagens acho eu. E depois foi a outra empresa que construiu e ficou, por ter construído, que ficou com a exploração daqueles parques todos à superfície e aquele da Avenida da Liberdade e da Vinte Cinco de Abril por exploração durante trinta, quarenta anos mais ou menos, mais difícil que o outro. Mas eu percebi a questão dos parques gratuitos". -----

Paolo Funassi: "Respondendo, disse que para a semana que vem vai anunciar as medidas também para a restauração. Eu trabalho também numa empresa de restauração e queria saber, através de um comunicado de imprensa, ou como vai comunicar?". -----

Presidente da Câmara: "Sim, sim. Exatamente". -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Ana Ramos: " Boa noite a todos. Tenho aqui algumas questões que vou passar a enumerar; a primeira: gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se já tem os números relativamente ao Albufeira SummerLive, que referiu que iria trazer. A segunda questão tem a ver com uma interpelação que faço aqui ao Executivo que tem a ver relativamente ao porquê de certo tipo de obras, nomeadamente a Estação Elevatória na Praça dos Pescadores ainda não estar a ser concluída, não estar concluída, e entre outras obras que também poderiam ser levadas a cabo nesta fase em que não haveria tanto prejuízo para os comerciantes uma vez que muito comércio e restaurantes também estão fechados pela pandemia. Mesmo relativamente a outras obras que são essenciais para a cidade, seja na Avenida Sá Carneiro, Rua do MFA, obras que são essenciais e que o Senhor Presidente da câmara ha pouco referia relativamente aqui há Baixa de Albufeira quando este munícipe veio também aqui falar. O senhor disse que iria rever, e é com surpresa que eu oiço esse tipo de resposta porque um Executivo que está há tanto tempo nesta câmara como é que ainda existe tanta necessidade de rever, tanta indecisão para obras que são tão essenciais para a cidade. Terceira questão prende-se novamente, insisto no funcionamento da Câmara Municipal, em particular no Departamento das Obras Particulares. Porque, quer, no âmbito da minha profissão, quer, quando falo com colegas meus, com arquitectos, noto que de mantem uma dificuldade muito grande desde logo no primeiro contacto com a



Câmara. Seja porque não há uma coordenação a quem de muitas vezes o telefone, por exemplo, num simples agendamento de uma consulta de um processo ou para agendamento de uma reunião, muitas vezes passam-nos de Departamento em Departamento e depois a chamada cai e depois voltamos e tentar e depois dizem-nos que para marcar tem de ser com o Departamento X, ligamos, lá conseguimos finalmente falar com esse Departamento, a seguir dizem, afinal a marcação tem de ser feita através do site. Fiz uma marcação há cerca de uma semana e meia, logo penso que o site poderia ser um bocadinho melhorado nessa questão, não é muito intuitivo, tenho que seleccionar o Departamento em questão, selecionei, era para consultar um processo de obras, dava-me uma determinada data como se tivesse disponível, coloquei essa mesma data e depois então é que veio o email. Naturalmente o email a chegar e não chegar a confirmar a minha inscrição a data passou e entretanto agora até hoje continuo a aguardar que me liguem para confirmar então quando é que poderei consultar o processo, pese embora, me tenham enviado um email a dizer que o processo estaria em transito, digamos assim, quando estivesse disponível poderia ir consultar. Isto resumindo para dizer o quê? Que continua a ser difícil e portanto volto a questionar o Senhor Presidente da Câmara se foram tomadas, ou se estão a ser tomadas, ou se está a ser visto esta questão no site e melhorias neste atendimento ao público. Desde logo, também na porta muitas vezes não é fácil também aceder à Câmara desde logo no início, na porta porque há sempre a questão das marcações, e por aí fora, e por vezes precisamos de documentos urgentes que não se compadecem com esta situação. Não obstante, gostaria de dar uma palavra de apreço, porque também é sabido que houve devido à pandemia muitos Departamentos que foram afetados e alguns deles quase em massa foram para casa e mesmo assim os funcionários garantiram o funcionamento desses mesmos Departamentos a partir de casa o que é naturalmente de louvar. E é tudo, obrigada".-----

Pedro Coelho: " Boa noite a todos, boa noite Senhor Presidente. Depois de ouvir algumas questões aqui do público e como tocaram em matérias que ao longo destas sessões fomos abordando, julgo suscitar aqui duas questões que me parece importante continuarmos aqui a debater. A primeira, da mobilidade e do estacionamento como fora aqui colocada por o público da forma anterior. E aí registei exatamente essa observação que o Senhor Presidente fez do deficit de estacionamento da Baixa, depois completou a dizer que há outros que estão na concessão nesse objeto que também tem



de ser considerado nesse contexto e aqui deixar estas duas perguntas que temos vindo a ser discutidas ao longo destas Assembleias. A primeira; em que fase está o resgate ou a negociação da concessão do P5? Matéria essencial para conseguir de forma a impulsionar, dinamizar e ser um catalisador da mobilidade para a Baixa e assim gerar maior atividade económica, muito importante sempre mas nestas alturas ainda mais. E a segunda; ligada à questão da mobilidade, a questão da construção ou não do outro parque de estacionamento que estava previsto no plano de mobilidade que iria suportar ou que iria apoiar o estacionamento à Baixa. E estas são as duas questões que parecem-me importantes voltar aqui a questionar paralelamente com uma outra segunda questão de maior amplitude referente à questão da recuperação económica que terá que se avizinhar e que é ligada à questão da Baixa e que sempre discutimos nestas alturas. Curiosamente se sempre discutimos nestas alturas e que se calhar é porque a evidência assim o mostra. Isto é, a Baixa nestas alturas está deserta, obviamente na situação pandémica que atravessamos mais agravada está. E essa questão, obviamente é uma questão conjuntural agora mas há uma questão estrutural. Como é que a Baixa se tem vindo a evoluir ao longo das últimas décadas? E essa questão é importante tratá-la e esta se calhar é uma oportunidade, infelizmente nestes momentos, são momentos gravosos para a vida social económicas mas têm de se tornar oportunidades para se fazer algo. E aí era essa questão que deixava, o que é que se está a pensar para reformular a Baixa para que seja um atrativo muito maior do que quanto o é, tanto na época baixa mas tanto na época alta. E esta questão da época alta vale a pena como ainda não foi referido, ainda não tive a oportunidade de trazer este ponto aqui, encaixo-o aqui neste ponto exatamente desta retoma e desta recuperação de qualidade da Baixa para entroncar também no que o público referiu há pouco. Há, o que foi óbvio quem visitou o Algarve nesta época alta é que Albufeira sofreu muito, mas quando digo Albufeira é a Baixa de Albufeira, sofreu muito nesta época alta. Albufeira como um todo acabou por não sofrer, isto é, se falarmos com os empresários que trabalham nas postas do concelho, tanto a ponte do concelho como a nascente do concelho, não sofreram assim tanto, mas se falarmos com os empresários que vivem na Baixa, sofreram muito mais. Isto significa se calhar de alguma forma, pelo menos é a minha explicação, do que também julgo que o público iria a questionar, a questão da qualidade do turismo, o tipo de turismo que temos e se não deveria ser reformulado, se não deveria de haver aqui um impulso público para tentar mudar essa oferta que está a



correr na Baixa para que consiga atrair outro tipo de público que efetivamente existiu nesta época. Existiu nesta época, que é um público mais resiliente aos problemas económicos da Europa, vamos designar assim, obviamente que estávamos numa situação de pandemia, mas, estávamos numa situação de pandemia para a Europa toda, e sabemos onde é que sofremos mais no núcleo de Albufeira. E esta matéria, eu julgo que é uma matéria importante de refletir e que num programa de recuperação da dinamização económica e turística de Albufeira, mas significativamente da Baixa, traduza e consiga mudar efetivamente". -----

Cristina Pinto: "Boa noite a todos. É só para dizer enquanto representante da Assembleia Municipal na Comissão de Atribuição das Bolsas de Estudo, que o trabalho está concluído, penso que está pronto para ir a reunião de Câmara. No entanto enquanto professora queria deixar aqui uma nota porque se verificou este ano e isto também no seguimento do que a Ana disse sobre o funcionamento talvez de alguns serviços, notou-se imenso que os alunos não cumpriram os prazos. E eu acho que devemos, pronto, eu enquanto formadora sou muito a favor de que as pessoas cumpram os prazos porque no futuro serão os cidadãos que terão que levar a nossa sociedade para a frente, se começam a não cumprir os prazos não os estamos a ajuda a crescer. No entanto, considerando o ano, a questão deste ano em particular, não é, e considerando que talvez tenha sido possível que lhe tenha havido dificuldade em reunir toda a documentação necessária, porque alguns serviços poderão ter estado a funcionar a meio gás, não sei, portanto o júri propôs, em fim, alguma flexibilização, digamos assim, de algumas regras. No entanto eu peno que, e por isso queria deixar qui esta nota porque para o ano irá acontecer o que irá acontecer não posso prever, mas eu sugeria que talvez fosse boa ideia a criação de uma plataforma para recessão das candidaturas. Porque as pessoas têm ideia que, pronto, era para entregar ontem mas vou entregar amanhã, assim com a plataforma talvez houvesse mais o sentido do cumprimento. De qualquer maneira eu penso que a Comissão fez o seu trabalho e considerou a dificuldades das famílias e por isso daí alguma flexibilização, ou sugestão não é, agora a apreciação de não será connosco mas uma sugestão de alguma flexibilização considerando a situação pandémica que se vive e a dificuldade que as famílias têm em relação aos seus rendimentos. É tudo". -----

Cândido Reigado: "Boa noite a todos. Quero levantar aqui duas ou três questões, uma delas prende-se ali com a Quinta do Infante. Há umas pequenas valetas precisamente



no passeio, umas a Oeste do Pavilhão Desportivo, outras a Sul, ou seja, uma de cada lado que há anos que aquilo nunca foi limpo. Estão cheias de lixo, aliás, portanto a pequena valeta está construída em cimento, pois o lixo já conseguiu que a erva rebenta-se do próprio lixo, já nasceu erva nessas pequenas valetas. Ora, o que acontece é quando chove, ou seja, quando chove mais um pouco a água em vez de ir pelas valetas para os sumidouros acaba por ir para a estrada. Essa é uma das questões, a outra é; portanto na reunião de doze de Novembro levantei aqui a questão, ou seja, a necessidade de uma cobertura no Centro de Saúde precisamente para evitar que as pessoas que têm de recorrer forçosamente ao Centro de Saúde evitem de estar a apanhar chuva quando chove. A informação que tenho que tenho pelo menos até ontem é que ainda não havia lá nada. A outra questão é em relação portanto ao tal troço de estrada das Ferreiras até cá em cima à Torre, portanto continua também como estava dantes. E é só por agora, muito obrigado". -----

Leonardo Paço: "Boa noite a todos. Queria aqui mostrar uma nota de desagrado pelo facto do Senhor Presidente da mesa da Assembleia ter afirmado publicamente junto do promotor e de alguns seus colaboradores que no caso do caminho da Ilha da Madeira, eu e o meu colega Roberto Raposo é que somos os culpados pelo assunto ainda não ter sido deliberado aqui nesta casa, o que além de não ser verdade, pois eu nunca me prenciei sobre esse referido caminho. Mesmo que o fosse não me parece ser de bom-tom o fazer dessa forma, deliberadamente e preceptiva, até porque o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deve ser o Presidente de todos os membros deste fórum e não só o Presidente de alguns. Isto leva-me a uma outra questão, por que razão as Assembleias Municipais são quase sempre marcadas de forma que o Líder da nossa bancada não possa estar presente. Pergunto, por exemplo; quando o Senhor Presidente da Câmara não pode, agenda-se para outra data, e muito bem, digo eu, embora as Assembleias Municipais pudessem ser realizadas sem a sua presença, mas quando é o líder da oposição que não pode tem-se sempre outro peso e outra medida. Para mim é lamentável que se tenha este tipo de atitude. Tenho dito".-----

Roberto Raposo: "Boa noite a todos. O assunto que me traz aqui é o seguinte: Albufeira vive praticamente só do turismo e tendo já havido vários exemplos, o último foi há dez anos, que basta uma pequena quebra no turismo, o comércio e toda a gente fica aflita aqui. Eu gostava de perguntar se a Câmara tem feito alguma coisa para mitigar esse problema e tentar atrair outro tipo de comércio que não só o de turismo para



dinamizar Albufeira? Outro assunto; com esta pandemia podemos tirar daqui uma elação que é o seguinte: que eu já comentei sobre isto, que é estarmos pouco preparados para situações destas e como nós vivemos numa zona altamente sísmica, tivemos e temos na história e na memória o terramoto de mil setecentos e cinquenta e cinco, sabemos que mais cedo ou mais tarde vamos ter um idêntico. E gostava de saber se existe um plano que mitigue as consequências no caso de haver um sismo desses? Outro assunto que me traz aqui também; é que tenho recebido muitas queixas esta semana dos imensos buracos que muitas estradas têm, muitas pessoas com prejuízos nos automóveis e que infelizmente muitos deles não sabem que podem apresentar a fatura ao município pelos estragos causados nos automóveis. Se a Câmara não podia ter uma equipa para minimamente tapar esses buracos que vão aparecendo na estrada? Já que não são reparadas as estradas na totalidade". -----

Adriano Ferrão: "Boa noite aqui à mesa, a todos os presentes na mesa, a todos os presentes aqui nesta sala nas vossas qualidades. Eu queria só aqui deixar uma nota porque se falou aqui na qualidade do turismo de Albufeira. A qualidade de turismo, primeiro eu gostava de abordar um bocadinho o conceito, a qualidade de turismo é um conceito muito abstrato, e é um conceito que tem dois vetores. Um vetor ligado à procura, outro ligado à oferta, enquanto, que, a oferta é o destino, a procura são evidentemente os próprios visitantes. Albufeira quando se fizeram estudos e alguns estudos existem feitos pela universidade e por algumas associações ligadas ao turismo, e quando se fizeram estes estudos Albufeira sempre foi referenciada como destino turístico de eleição nesta região Algarvia. Não é à toa que a capital de turismo balnear que esta capital de turismo aqui no Algarve não foi por um "ao calhas", foi por razões evidentes que lavaram os fluxos de visitantes a visitarem mais este destino do que outro. Eu diria que em termos de serviços de equipamentos e de recursos, somos dos concelhos que mais bem estão apetrechados. De algum modo os visitantes quando procuram como destino turístico, como qualquer um de nós quando vai de férias, procura porque tem uma expectativa de satisfazer, em fim, os seus prazeres, o seu lazer, a sua ideia de ósseo nesse mesmo destino. O que acontece é que eles procuram e conseguem, porque depois a jusante da sua estadia lhes é perguntado quando embarcam no avião e quando regressam da sua satisfação no local de destino a que estiveram a fazer as suas férias. E nós sempre tivemos uma pontuação excelente nesse campo, ou seja, aqueles que cá estão, são eles próprios, estão eles próprios satisfeitos



com as férias que fizeram como são eles próprios os divulgadores depois nos seus circuitos sociais deste mesmo destino turístico. Por isso Albufeira não pode deixar de ser encarada como uma referência e continua a ser a preferência daqueles que visitam o Algarve. Os nossos empresários, eu pelo menos nutro essa ideia, são empresários dinâmicos, são inovadores, são criativos, tentam se moldar às novidades que estão, em fim, por este planeta e por outros destinos importantes internacionais e acabam por consegui-lo com um efeito notório. Claro que quando se tem muita fama atrai-se também outro tipo de massas, não é, e essas massas, essas populações que procuram também Albufeira foram perdendo alguma homogeneidade naquilo que era a idade, naquilo que era o seu estatuto social e económico e por isso nós começamos a ter bastantes jovens. Pese embora, a hospitalidade continua a ser a mesma e a qualidade dos serviços também. Agora quando nós nos tornamos um destino internacional de grande volume claro que vamos sentir os excessos, e esses excessos, agora aqui nas palavras do Pedro Coelho, os excessos são evidentes e todos nós temos cada vez mais histórias, conhecemos mais histórias de excessos nos principais fulcros, principalmente da noite, da noite Albufeirense. Mas como evitá-los? Como dizia o Senhor Presidente, nós não podemos escolher os nossos visitantes de um a um. Podemos contudo enquanto destino tentar arranjar uma maneira de diminuir um pouco esse impacto, nunca o vamos resolver porque não há nenhum destino turístico neste planeta que tenha resolvido este caso. Sempre que é mais atrativo mais traz, a menos que seja pelo preço que foi o caso do Mónaco que depois com os preços praticados acabou por eliminar quase a juventude lá. Em fim, de modo que, eu queria sempre deixar esta impressão positiva de Albufeira e não de Albufeira como um monte de problemas. Temos outros problemas claros, se temos um volume de pessoas que decuplica a população residente, claro que os nossos serviços embora sejam dimensionados para tal, sempre que há um pique ou exista qualquer coisa anómala que possa acontecer vai-se ressentir aí vai-se sentir algumas lacunas, pode ser na recolha do lixo, pode ser na limpeza de uma rua, pode ser na eletricidade, pode ser na água canalizada ou no saneamento, alguma coisa pode acontecer. Nunca nós vamos conseguir também colmatar o imprevisto, mas tudo se está a fazer e todo se tem feito para que Albufeira se permaneça em destino turístico de eleição e que caia, em fim, no gosto e no prazer das pessoas que nos vistam. Eu queria deixar isto aqui evidente para apagar um pouco a imagem, como que me parecia aqui, que Albufeira era um monte de



problemas. Depois queria congratular o facto de termos tido o terceiro lugar no ranking da independência financeira, sempre o PSD defendeu esta ideia de termos uma independência financeira e recuperamos de um PAEL de uma maneira brilhante, conseguimos ter algum dinheiro em caixa que nos permite neste momento fazer as propostas fiscais que o Executivo nos apresenta e que são de parabenizar, são de nos congratularmos todos, pois os valores são os mínimos a aplicar a uma população que, em fim, enfrenta dificuldades económicas, dificuldades de liquidez em termos familiares e que assim é muito bem-vinda umas propostas destas. Eu queria agradecer na figura do Senhor Presidente e de todo o Executivo e mesmo de todos os Vereadores que estão associados a aprovação destes valores fiscais". -----

Miguel Pinheiro: " Boa noite. A minha pergunta tem a ver com os fogos-de-artifício que já se fala que vão haver em Albufeira. E a minha pergunta é; como é que a Câmara está a prever ajuntamentos de pessoas, ou seja, sabemos que em vários sítios as pessoas se vão juntar para ver os fogos, em miradouros e etc., como é que a Câmara vai colmatar essa situação? Obrigado". -----

Presidente da Câmara: "Ana Ramos, que solicitou aqui o relatório sobre do Albufeira SummerLive. Portanto vou deixar aqui este relatório, tem vários números, agora é uma questão de analisar o relatório e depois poderá ficar em depósito da Assembleia, por exemplo. Sim, pode levar para consultar. As obras na Praia dos Pescadores, pois já respondi há pouco ao Carlos. Vão reiniciar-se aquela empreitada que falta acabar a ligação precisamente à Estação Elevatória, vão reiniciar-se agora em Janeiro. Portanto é aquilo que tenho acordado com o empreiteiro, Janeiro até Fevereiro, Março, penso que em três meses ade-se conseguir. Outras obras, pois evidentemente não temos estado parados, as obras tem sido feitas, neste momento estão variadíssimas obras para recomeçar, ou para começar, algumas já começaram até. Agora não se pode fazer é tudo no mesmo dia, pois não é fácil que isso venha a acontecer, inclusivamente há as questões sempre quando é caso disso, das demoras do Tribunal de Contas, em fim, algum tempo demora mas isso é uma questão normal, tão pouco tem a ver com o que se está a passar neste momento e nesta altura. Relativamente à questão da marcação do atendimento e de consulta de processos nomeadamente, pois, nós estamos a tentar sempre melhorar as situações, no entanto a Doutora Ana depois está aqui, é a Vice-Presidente e tem o pelouro das Obras Particulares, nós em conjunto temos estado a tratar disto para ver se isto vai melhorando alguma coisa dos relatos que nos chegam,



inclusivamente já houve algumas medidas aí tomadas para a entrega de documentação. O Pedro falou na mobilidade e no resgate da Concessão do P5 e P6 que são a mesma concessão, o P1 é que é outra concessão. Relativamente a essas concessões, a concessão do P5, P6 e Avenida da Liberdade à superfície, não tem sido uma questão que não tem sido fácil, como já disse há pouco ela está agarrada a uma construção, a um gasto, a um investimento do próprio operador que fez a obra, o P6, no sentido de depois ficar com aquilo em termos de recompensa por aquilo que fez. Portanto não está a ser fácil, está-se a tornar mais fácil o resgate do P1 do que propriamente este. Mas não vamos desistir até que alguma parte não diga que não quer. Relativamente à recuperação económica, pois nós temos realmente uma monocultura, temos mono atividade praticamente, não temos bem pouco mais, o resto é mais ou menos rudimentar, se bem que nós teremos que ir para outras atividades nomeadamente alguma parte de indústria, seja ela de que forma for, essencialmente nos convinha, já se falou nisso, eu próprio já falei nisso em tempos, em indústria limpa nessa área principalmente, não poluidor e depois também temos alguns razoáveis apontamentos, não são muito grandes, de possibilidade de agricultura especializada. Não propriamente de quantidade mas podemos ir para a agricultura de qualidade, estamos já a implementar um plano para ver se, se consegue recuperar. Porque é verdade que o Município de Albufeira ajuda sempre, ajuda muita vez a parte do turismo e não à outra atividade que receba também apoios nesse campo. Não tem havido, a agricultura não tem sido apoiada, também o Movimento Associativo na agricultura também praticamente não existe, também temos que começar por aí, temos aí uma ideia que vamos avançar com ela para a frente. Cristina Pinto falou aqui na questão dos prazos, pois os prazos, acho que com miscelânea legislativa que houve, com estes Decretos-leis e Leis e também Resoluções de Conselhos de Ministros que iam aparecendo, eu tenho quase a certeza que alguns juristas, juristas porque lidam mais com isso, quando se precisa verificar qualquer coisa deve ser extremamente difícil saber exatamente aquilo que está em vigor e passou-se um bocado a imagem que isto, a pandemia e o Covid, isto ia-se protelando os prazos, protelando algumas coisas, que tudo isto era depois desculpável o que na realidade não é bem assim, não vai ser bem assim porque quer queira quer não as coisas têm que ser realizadas. Por exemplo nós temos as moratórias, as moratórias é uma dilação para a frente, mas, quando as pessoas tiverem de pagar aquilo tudo, depois vai-se tornar talvez bastante difícil, não sei, esperemos



que as coisas depois nessa altura seja fácil de pagar. O Senhor Reigado falou aqui na questão das valetas na Quinta do Infante, vou registar aqui que é para mandar limpar isso. Depois falou na cobertura relativamente ao Centro de Saúde, eu recordei que o Centro de Saúde não é ainda da responsabilidade formal da Câmara Municipal, já disse isso várias vezes e repito, mas ainda assim na passada semana, passado já duas semanas, terminámos lá a instalação de um pré-fabricado precisamente para ser utilizado para os infetados do Covid e estabeleceu-se logo a ideia e ficou logo em andamento o procedimento precisamente para essa cobertura. Portanto a cobertura não está já colocada mas vai ser colocada porque está o procedimento administrativo, claro, tem de ser, é obrigatório, não podemos do pé para a mão mandar o empreiteiro lá fazer, tem de ser um procedimento concursal e as coisas demoram sempre algum tempo, mas dentro de pouco tempo já lá está. O Leonardo são questões que eu não vou responder. O Roberto, a questão do turismo mais ou menos já falámos nisso. Albufeira tem só turismo, pois praticamente tem mas de qualquer das maneiras pois temos que lutar para que tenha outro tipo de investimentos e outro tipo de atividades que possa ser mais transversais e menos mono. Os buracos na estrada, pois se as pessoas não sabem que podem recorrer, pois é bom que cada um de nós possa ir informando que podem recorrer à Câmara e se houver razão justificativa para que o sinistrado receba a indemnização pelos danos causados, temos dado muitas quantias de dinheiro, relativamente a uma questão de um pneu, numa jante, mas não acontece assim tanto como tudo isso. Mas evidentemente que à sempre um ou outro buraco na estrada, temos a equipa, temos a equipa que vai fazendo, ainda ontem de manhã cedo passei por um e telefonei imediatamente à Engenheira para tratar disso e passado um quarto de hora estava já o assunto a ser resolvido. Portanto são situações que vão aparecendo, que depois se vão resolvendo ou as Juntas de freguesias ou a Câmara Municipal normalmente resolve estas situações. Depois temos aqui o Miguel Pinheiro que falou aqui na questão do fogo-de-artifício. Vamos lá ver, a haver fogo-de-artifício, tenho algumas dúvidas, a haver fogo-de-artifício estava previsto ou está previsto ser em vários sítios, sete ou oito, nove ou dez sítios diferente que não teriam ajuntamentos, e seriam até a nível das áreas de freguesias. Só que há aí uma situação um bocado nova, não há praticamente nenhum município a deitar fogo-de-artifício, portanto estou a ponderar e quero levar essa decisão à próxima reunião de câmara para em conjunto que a gente chegue a alguma saída para essa situação. Portanto neste momento não é certo



que haja fogo-de-artifício. E era só”. -----
Presidente da Assembleia: “Não em jeito de resposta mas mais de esclarecimento ao Leonardo Paço, até porque o diz que disse normalmente não me preenche o ego nem me alimenta, mas nós tivemos nesta Assembleia Municipal o assunto “Ilha da Madeira”, já veio cá duas vezes, tivemos uma reunião em que esteve presente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, eu, o Rui Gago, o Senhor Leonardo Paço, a Senhora Engenheira Fátima e Engenheira Ana Paula. E certamente por distração o Leonardo Paço não terá ouvido o que eu disse à Senhora Engenheira que eu me penitenciava de não ter percebido o assunto e um dos quais até quis retirar o assunto, e portanto eu era efetivamente um dos culpados do assunto não ter sido discutido. Apontar o dedo aos outros tenho pouco o defeito, chamar as coisas pelos nomes, sim, quem me conhece sabe que não me escondo atrás de máscaras, não me escondo atrás de falsos perfis ou de não identidade das pessoas. Eu disse as coisas na cara e disse que estava na Assembleia Municipal e tinham sido Membros da Assembleia Municipal a levantar o assunto. Agora quem foi, não identifiquei e muito menos aponte o nome a qualquer empresário A, B ou C, porque eu falo com toda a gente, aqueles que bem ou mal queiram falar comigo e enquanto Presidente da Assembleia podem-me chamar muita coisa mas aquilo que o Senhor ali disse, como Presidente da Assembleia não me revejo nem sequer como membro desta Assembleia. Nunca pus em causa qualquer nome das pessoas, até porque tenho este defeito, normalmente chamo na cara, não mando, e se alguém alguma vez me ouviu dizer atrás é porque eu já disse à frente à pessoa, e é precisamente isso que eu lhe estou aqui a dizer. Não culpei quem quer que seja, até porque é fácil ler as atas, aponte o primeiro culpado como eu por não ter entendido o assunto e demais a única coisa que eu posso dizer é; das duas uma, essa conversa que os senhores tiveram ou que o senhor teve com alguém, da próxima vez que a tenha, chama-me, vou lá ter consigo e é muito mais fácil esclarecer do que trazer um falso assunto para atingir pessoalmente quem quer que seja, ou seja a mim como tem feito. É muito mais fácil, tem o meu número de telemóvel, liga-me, eu vou ter convosco e esclareço na hora, escusamos de fazer perder tempo e trazer isto para espetáculo que nem sequer trás dignidade à Assembleia Municipal. Este assunto como eu disse, lá no dia e na hora eu disse; que foi discutido na Assembleia Municipal, e eu pedi num desses assuntos eu fui a pessoa que retirou o assunto para esclarecer dúvidas que eu não conseguia entender e fiz a locação à Ana Ramos numa conversa que nós tivemos à saída



da Assembleia, que eu disse que não conseguia perceber onde é que estava o caminho e disse lá também que tinha sido levantado até pelo Raposo a dizer que o caminho já estava feito e que a vedação estava para além do caminho. Eu não entendia e quando não entendendo faço o que faço sempre, faço as perguntas. Agora culpar para fora não à necessidade, até porque é fácil de ver, as sessões são gravadas, estão visualizadas, portanto conversa de café. Pois felizmente a democracia tem isto, podemos dizer o que queremos mas muita das vezes não é só a questão de queremos ouvir é quando ouvimos mal e depois retransmitimos ainda pior. Mas eu convido-o e como tem o meu número de telemóvel, da próxima vez telefone-me que eu vou ter convosco, tomo eu mesmo café, até posso pagar a conta que é para ser mais fácil e faço-me convidado à conversa". -----

Pedro Coelho: "Senhor Presidente quero intervir apenas, porque, aliás gosto destes debates que o Adriano Ferrão, aliás a intervenção dele foi para comentar a minha intervenção e por isso gostaria de fazer dois comentários. Eu em ponto algum desqualifiquei a importância de Albufeira no turismo. Vejamos, Albufeira tem o maior número de camas turistas, de certeza que teve neste ano exatamente o maior número de turistas, mas isso era bom percebermos se teve ou não. Em primeiro lugar, em segundo lugar também lhe disse que há fenómenos diferentes do concelho, isto é; os extremos do concelho, as pontas do concelho tiveram grande dinamismo, podemos falar com vários empresários que de certeza todos conhecemos e vão testemunhar isso, foi um bom ano, não foi um ano mau, não foi um ano assim tão mau, para dizer que o Agosto até foi bom, palavras que já ouvi várias vezes, coisa diferente é o que aconteceu na Baixa. Como também temos sempre perspectivas eu e o Adriano Ferrão, se há pessoas ou não na Baixa como tivemos nos Natais passados, se calhar também devíamos ter ido em conjunto à Baixa em Junho ou Julho e aí veríamos a quantidade de pessoas que se aglomeravam naquelas ruas, eu não vi aglomeração mas talvez o Adriano tenha visto aglomeração. O que eu quero dizer com isto é que exatamente existiu um problema neste Concelho naquele segmento de turismo que está instalado na Baixa. E é isso que eu acho que se deve refletir, mas como esta sessão não é uma sessão temática e como já em tempos se referiu e o Presidente da Assembleia aceitou essa matéria, propôs, e porque está também em regimento abordar temáticas, e fizemos, salvo erro, uma sobre a Reabilitação Urbana em Paderne, julgo que era oportuno durante estes próximos meses, por exemplo, no próximo trimestre realizar uma sobre o turismo,



trazendo cá a Região de Turismo exatamente para não ser precessões do que é que afinal foi as taxas de ocupação e o que é que afinal foi o ano turístico na região e no concelho. Obviamente se calhar a Região de Turismo não tem uma análise mais fina do concelho mas a APAL julgo que poderá ter, e estou constantemente a ouvi-los, e ouvir outros investigadores ou académicos da área do turismo e empresários do turismo, para perceber se as tendências que existem no turismo, nós estamos a acompanhá-las, se estamos a acompanhar no concelho todo ou se há segmentos que não estamos a acompanhar, nomeadamente por exemplo da Baixa. E aqui quando eu há pouco estava a referir na questão do plano, obviamente que ouvi com agrado a questão da inserção económica que o Presidente referiu falou mas eu estava também a falar da questão da valorização e respondo também à questão do Adriano, da valorização da qualificação da oferta, valorização e qualificação da oferta existente. Volto outra vez a situar, na Baixa, na zona central que tinha uma identidade, por isso que o Adriano referia a questão do berço do turismo, é verdade que é o berço do turismo, na Baixa. Mas não é isso que está neste momento a acontecer, e não é isso que está-se a verificar naquela zona, que ainda é uma zona qua marca Albufeira, é a imagem de marca que passamos nos vídeos, regularmente à sempre imagens características que são a Baixa nas suas várias perspectivas e essa matéria julgo que devia ser aqui abordada, deveria sem tabus, vamos ouvir, vamos discutir e vamos tentar construir um futuro melhor para aquela zona. Obrigado". -----

Leonardo Paço: "Quero desde já agradecer o convite que me fez para o café mas também dizer-lhe que não bebi nenhum café nesse dia. Pronto, e obrigada pelo convite. De qualquer das maneiras para não personalizar a coisa, sei também que o outro colega que eu referi, Roberto Raposo, foi abordado pelas mesmas pessoas, portanto não fui só eu que ouvi e não foi sequer em simultâneo, foi separado, portanto aqui ninguém está a personalizar nada ao contrário daquilo que o Senhor Presidente fez passar. De qualquer das maneiras fiz-lhe uma outra pergunta que não me respondeu. Era por que motivo é que as Assembleias eram sempre marcadas de forma a que o nosso Líder de Bancada nunca estivesse presente". -----

Presidente da Assembleia: "Tem razão e eu peço-lhe desculpa por não ter respondido e vou-lhe explicar por que é que não lhe respondi. Porque eu já tive oportunidade de falar com o Francisco Oliveira quando entrou para a Assembleia da República, ele ligou não só para mim como ligou também para a Emília. A Emília falou-me sobre esse



assunto, e eu disse, sempre que possível as Assembleias iriam ser marcadas dentro da oportunidade da segunda ou da sexta-feira. E logo na primeira segunda-feira aqui o nosso colega da Assembleia Municipal fez-me a pergunta; porquê que as Assembleias eram à segunda. Mas, isso, eu já sei. Se marco à quinta é porque marco à quinta, se marco à segunda marco à segunda, dentro dos vinte e cinco Membros da Assembleia Municipal há-de haver um dia que hei-de agradar a um. Mas isto segue uma regra e o Doutor Francisco Oliveira sabe disso. É solicitado por ofício da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, nós marcamos nos oito dias, que são os oito dias regulamentares e portanto os oito dias calham quando calhar com uma exceção que nós estamos aqui porque somos eleitos, mas o Senhor Presidente representa o Município, e como representa o Município, vem, e é feito uma conciliação de agenda, e os Líderes de Bancada a maioria das vezes, por acaso esta ultima não pus, até temos um grupo no WhatsApp como sabe certamente, e eu coloco os dias por antecipação quando é que o dia vai ser, às vezes até com vinte dias ou quando está mais ou menos agendado. Portanto, se o Doutor Francisco Oliveira tiver essa sensação ou essa precessão é errado, até porque certamente ele também tem o meu número de telemóvel também me ligaria a fazê-lo pessoalmente ou nesse grupo dos Líderes de Bancada onde estamos também nós os três da mesa também colocaria lá a sua interjeição relativamente à marcação da Assembleia, também não o fez, portanto como ele tem voz própria eu presumo que há-de numa próxima Assembleia falar pessoalmente sem necessitar de procurador para o efeito. As Assembleias simplesmente são marcadas com este critério, oito dias de antecipação e são feitas em função da marcação, e até a próxima já está, a Doutora Eugénia disse-me que já estava agendada ou pré agendada para uma segunda-feira. Só para depois não dizer que foi através da sua intervenção que ela foi marcada para segunda-feira e para o Francisco depois também não dizer que eu marquei na segunda por causa de si, é só para ficarmos esclarecido que esta mesa vai trabalhando mais ou menos sem tentar prejudicar quem quer que seja, até porque temos a honra de ter um Deputado na Assembleia da República e portanto jamais quereríamos que não tivesse o acento também na Assembleia Municipal por onde também representa os interesses de Albufeira. Portanto, acho que a questão da Assembleia Municipal no fim de um mandato praticamente feito, acho que conseguimos entre aquilo que é o respeito do regimento e aquilo que são as regras, que tanto a marcação que temos, e temos feito entre treze a quinze Assembleias por ano, portanto



não seria agora nos últimos seis meses ou coisa parecida que iríamos criar um problema por causa das Assembleias Municipais quando antigamente não cumpríamos o regimento, segundo diziam, depois passamos a cumprir o regimento e passamos à acertar na quinta-feira, mas enfim, há-de haver um dia da semana qualquer que dê para todos. Acho que agora já lhe respondi". -----

Roberto Raposo: "É só um assunto que uns vizinhos meus me pediram. Na Aldeia dos Matos existe lá uma obra que foi embargada há muito tempo pela Câmara. Uma obra que está, que foi terminada é já estão a habitar lá pessoas mesmo sem licença de habitação. O que os meus vizinhos perguntam é como é que é possível, foi feita uma fossa para essa casa ilegal, e agora há pouco tempo a Câmara foi lá vazar essa fossa. Uma fossa que é ilegal, como é que é possível vazar uma fossa que está ilegal? Era só isso".-----

Presidente da Assembleia: "Nós também temos um caminho para discutirmos na Aldeia dos Matos mas ainda não veio à Assembleia Municipal, ainda não é por culpa de ninguém. É só para que fique já aqui registado em ata. Não é Luísa? A Luísa já me chamou à atenção. Portanto é só para que fiquem já esclarecidos também. A Assembleia Temática. Podemos fazer a Assembleia Temática, a única coisa que eu peço é uma maior concretização no pedido e assim os Líderes depois se reúnam relativamente a esse assunto. E podemos sim, ainda temos tempo para fazer".-----Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----



PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 12-11-2020;-----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Pedro Coelho, Rui Serôdio e o Secretário da Junta de Freguesia da Ferreiras, José Estevão pelo que não votaram.-

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano 2021 em 0%; -----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Apesar de acharmos no BE que a taxa deveria ser cobrada porque está a fazer uso das áreas da cidade, vamos abstermo-nos porque compreendemos que as empresas vão passar o custo para os cidadãos e por isso não faz sentido estar a fazer a cobrança dessa taxa."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Miguel Pinheiro e Cândido Reigado.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana



Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa de Lançamento de Derrama para o Ano de 2021 em 0%; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----

Abstencões: uma (01) Cândido Reigado.-----

Votos a favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis com referência ao ano 2020 em 0,3% para prédios urbanos; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Gostaria de fazer um ponto prévio, no orçamento anterior a aprovação deste ponto mereceu um debate exaustivo, alongou-se inclusive para uma segunda Assembleia. A formulação agora apresentada é muito mais simples e muito mais



completa do que a formulação complexa e escarpada de forma excessiva, na minha opinião, sempre a manifestei, no ano transacto. Não deixo de ter de fazer a pergunta, depois de tantas horas que tivemos nesta Assembleia a debater essa formulação complexa do ano que estamos em vigor. A pergunta é, qual foi a execução da aplicabilidade daquela norma? Porque bem temos presente a discussão que fizemos a propósito do segundo ponto, que agora está aqui na norma, mas muito mais complexa. Até revejo muito na formulação agora muito mais simples, mas não deixo de perguntar, qual foi a consequência da formulação anterior?"-----

Chefe de Divisão Financeira - Marisa Camacho: "Boa noite, relativamente a esta medida que foi tomada na Assembleia, nós pedimos os elementos às Finanças e foi muito difícil obtermos esses dados da forma exaustiva como foi deliberado. Posso dar o exemplo, desta folha, nós não conseguimos auferir todos estes pontos que estão aqui, nomeadamente os valores que foram determinados no âmbito do Regulamento Municipal, nem os anos definidos nos contratos. Portanto, não conseguimos, em termos práticos colocar isto em vigor. Temos muita dificuldade, este ficheiro que nos foi transmitido pelas Finanças tem cerca de seis mil contratos, é difícil inserir um a um e saber quais são as pessoas que estão abrangidas por estes critérios."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, referente à proposta de Determinação da Taxa de Participação Variável no IRS para o ano 2021 de 0%; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Miguel Pinheiro. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 76 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, da não transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais, na área da Educação, no ano 2021; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Como temos vindo a discutir ao longo das Assembleias sobre este ponto, consideramos que era oportuno e era o momento para assumir as competências da educação. Aliás, era o momento, como já foi explanado, para que o Conselho Municipal de Educação passasse a funcionar com outra estrutura, outro impulso, que o próprio diploma prevê, era o momento também, de assumir outras competências em todos os graus de ensino, era o momento de permitir uma programação, uma requalificação do parque escolar, em todos os graus de ensino, para além dos que a Câmara tem vindo a executar. E dar a esta cidade educadora, como o Presidente muito acarinhou ao longo dos anos, outra dimensão, outra projeção, e consideramos que seria de todo oportuno assumir a competência e por isso votamos contra a rejeição."-----

Presidente da Câmara: "Aceitar as transferências de competência da Administração Central para a Administração Local é extremamente fácil, é aceitar ou não aceitar, é a



coisa mais simples que há no mundo, ou à volta dele. De qualquer das maneiras, a questão da oportunidade, até é precisamente o contrário. Acho que é um ano inoportuno de receber ainda mais responsabilidades, e aqui falo logo no ponto sete e no ponto oito, quer a nível da educação, quer a nível da ação social. Temos tido imensas questões relacionadas com a educação, não sendo prevista, como já disse há pouco, da saúde, não estando ainda formalizado, vai ser formalizado em Janeiro, segundo promessas, a questão do protocolo com o Ministério da Saúde, portanto a disponibilização dessas competências começou já o ano passado e só agora é que a Administração Central se digna a fazer esta transferência plena. Falei há pouco na relação da Administração Central com a Câmara, nomeadamente no que diz respeito à questão do quartel dos Olhos de Água, que é uma coisa aparentemente simples de se resolver e já lá vão quase dois anos que foi assinado o protocolo com a Senhora Secretária de Estado e que nada ainda deu efeito porque tudo para na questão do processo. Eu pergunto, será oportuno? Nós temos uma escola secundária que esteve para entrar na reformulação, no âmbito da questão do parque escolar, que eram as intervenções nas escolas secundárias, era uma das escolas que estava previsto entrar, dado que a escola foi construída em mil novecentos e oitenta e quatro ou cinco, teve vários problemas e graças ao tipo de construção é que ainda não teve problemas de maior, é preciso recordar isso, e eu sei perfeitamente aquilo que estou a falar. Esteve para ser reformulada nessa altura e não foi porque o parque escolar terminou, extinguiu-se, terminou as suas funções e entrou-se depois na crise financeira no ano dois mil e oito, dois mil e nove e não chegou a ser feito. Estariam à espera que a Câmara Municipal agora assumisse a responsabilidade? Num ano destes, de altas quebras de rendimentos. Há pouco passamos por impostos que estão no mínimo, as taxas estão no mínimo. Quero recordar que até Outubro de dois mil e vinte, comparativamente com o mesmo período do ano dois mil e dezanove, em apenas IMT recebemos sete milhões e tal a menos, porque é o imposto que oscila com a contingência que está à volta dele, é um imposto muito contingente, ora, daí que será arriscadíssimo entrar em grandes aventuras, porque não é com certeza a nossa vontade. Evidentemente que caso não se aceitem, no ano dois mil e vinte e um, quer uma quer outra, terão, obrigatoriamente, segundo reza a Lei, recolher-se essas mesmas competências no ano dois mil e vinte e dois. Isso é uma questão que se tem de ir preparando para que isso aconteça, a par destas questões das obras que são



necessárias, porque a reformulação do parque escolar, ele está a ser reformulado, nas outras escolas, não temos esse problema. Convido a irem ver a escola Diamantina Negrão, a obra que lá está a ser feita. Convido a verem a EB1 das Fontainhas, a obra que lá está a ser feita. Já foi adquirido uma parcela de terreno junto ao Jardim de Infância Vale Rabelho, precisamente para ser ampliada, já com projeto feito, vai a concurso dentro de pouco tempo. A escola da Correeira já foi para concurso a execução do projeto, do Jardim de Infância e Primeiro Ciclo, porque aí já havia terreno. O Jardim de Infância de Ferreiras está para ser ampliado mas há a questão do acesso à escola que é daquela estrada, dita principal, chamada estrada do Paraíso, que depois liga à passagem superior e estou para adquirir o terreno onde a escola está inserida, não está fácil entrar em negociação com a proprietária para que a entrada possa ser feita por outro lado e a ampliação ser feita aí, com uma entrada mais digna e melhor. Portanto, a crescer a estas questões, a questão do parque está a ser requalificado, temos previsto tirar o amianto em todas as escolas do concelho, aquelas que eram da responsabilidade do Ministério da Educação, inclusivamente vamos retirar o amianto da Escola Secundária, foi protocolado com o Ministério da Educação. Faço recordar que o município de Albufeira foi talvez dos primeiros dez do país, a tirar o amianto das escolas do primeiro ciclo, há muitos anos, a iniciativa foi minha, nessa altura. Ainda existem uns restos, na escola de Paderne acho que há uma coberturazita, a escola D. Martim Fernandes, está tudo previsto para ser retirado numas férias. Para além disto tudo, temos a questão problemática dos recursos humanos, é certo e sabido que quando uma escola passar para a Câmara Municipal falta logo dez ou quinze funcionários, quando é com o Ministério da Educação, nem que falte, não há essa hipótese. A questão do Conselho Municipal da Educação, evidentemente que não tem nada a ver com estas transferências de competências. Relativamente ao ponto oito, e isso insere-se aqui porque é transversal ao ponto sete e oito, a questão dos recursos humanos. Se nós temos o nosso pessoal da Ação Social e o tema é mergulhado completamente em todos os problemas que temos estado a apoiar as famílias dentro da área social, na parte da alimentação, na parte dos apoios ao arrendamento, a questão dos medicamentos, uma série de coisas. É arriscado até, estarmos a assumir mais responsabilidades que nós neste momento não temos condições para o fazer. Acho que é de uma atitude, não muito responsável, vamos fazendo aquilo que podemos neste âmbito, no âmbito da melhoria. Ainda agora com esta questão da prevenção do vírus,



tivemos um plano, protocolamos em parceria com AD-ABC um plano em todas as escolas do concelho, secundárias, Jardins de infância, primeiro ciclo, escolas do segundo e terceiro ciclo, um plano que foi abrangente a todos os níveis de ensino, outros planos haverão, abrangentes também, são aquelas situações que não obrigam a ter nem investimento em termos de obras. Por exemplo, a questão do Centro de Saúde, a questão das transferências da saúde, nós é que temos de fazer praticamente tudo na saúde. Quem pintou aquele muro foi a Câmara, quem fez aquela deservagem toda foi a Câmara, quem meteu lá aqueles pré-fabricados são quase todos da Câmara. Agora, a cobertura, conforme o Senhor Reigado há pouco falou, vai ser da Câmara. Uma situação urgente, que é a saúde, é uma situação dramática que temos passado no concelho de Albufeira, está ali um monte de pré-fabricados, já está no orçamento para começarmos a trabalhar na construção de um edifício completamente novo, lá perto, se houver terreno suficiente para, ou, num outro sitio que já tenho mais ou menos disponibilizado para isso, que pode vir a ser possível fazer uma coisa completamente nova. Não há outra hipótese, aqueles pré-fabricados funcionam numa situação passageira e para resolver situações momentâneas, mas depois, a partir de determinada altura não são convenientes, depois com a questão da mobilidade, o estacionamento no centro de saúde não existe, é completamente irrisório. Sinceramente acho que é inoportuno quer uma quer outra assumir estas duas transferências."-----

Presidente da Assembleia: "Como o Senhor Presidente já tocou os dois assuntos em conjunto, está aberta a discussão ao ponto sete, bem como o ponto oito."-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 24 do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, da não transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais, na área da Ação Social, no ano de 2021; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Ana Ramos: "Senhor Presidente, queria responder àquilo que o Senhor Presidente disse relativamente ao ponto sete, que se aplica ao ponto oito também. Eu não consigo compreender a questão do "é oportuno". A minha resposta seria "é claro que é oportuno", ou então faria outra pergunta: porque não? Porque se essas competências



têm de vir, e virão, porque não começar já a preparar, porque não começar já a ver, a programar as coisas, a cometer erros, se assim for o caso. Porque senão vamos chegar a dois mil e vinte e dois e depois vamos ouvir a conversa que “recebemos agora as competências e ainda é tudo muito recente e ainda estamos a tentar gerir e arranjar os recursos humanos”. Eu não consigo entender Senhor Presidente, desculpe mas para mim não é fácil governar, naturalmente, uma cidade, mas para mim, se o Senhor Presidente e o executivo foram eleitos, se têm uma oportunidade de tomarem a rédea de certas pastas, de certas áreas, nomeadamente educação, que é uma das bandeiras deste concelho, se têm a possibilidade de tomar as rédeas, com o respetivo envelope financeiro, eu não consigo compreender o porquê. Eu pergunto, porque não? Porque eu considero que é sempre oportuno para receber essas responsabilidades. Claro que as responsabilidades acarretam, uma série de infindáveis problemas, os recursos humanos e por aí fora. Se fosse fácil, qualquer pessoa vinha aqui e era Presidente de Câmara. A minha questão é porque não? E porque não agora? Porque não começar já a preparar estas questões. Porque isto já vem sendo discutido nos outros anos e é sempre a mesma coisa, os recursos humanos, é sempre a mesma conversa e depois por outro lado, quando nós nos queixamos porque é que o centro de saúde não tem isto, há certas coisas que não são feitas nas escolas, porque é que o Tribunal está encardido e a Câmara Municipal está pintada de branquinho? E é sempre porque isto não são competências da Câmara. Quando a Câmara tem oportunidade, não é oportuno.”-----

Leonardo Paço: “Reforçando um pouco aquilo que a Ana acabou de dizer, quero lembrar que esta competência era para ser mesmo obrigatória no ano dois mil e vinte e um. Foi prorrogado, não é oportuno, não se sabia que ia ser prorrogado, logo já devíamos estar preparados para as receber. Não percebo é porque é que não estamos preparados para as receber.”-----

Adriano Ferrão: “Eu fico um bocado surpreendido porque a nossa colega Ana Almeida já sabe os resultados da aceitação e que vão existir desculpas no futuro, que são assim, que são assado. Isso é uma bola de cristal que a gente não possui, tentamos ser imaginativos, mas não tanto. Depois, ficamos pelos factos e pelos factos é que temos que pautar as nossas decisões. Por outro lado, quero dizer que quando de fala de educação, depois haverá outros pontos, mas este ponto ligado à educação, a educação não vai permitir qualquer erro. Não podemos ter erros e depois vamos arranjar e



fazemos para a esquerda e para a direita. A educação é um sistema pesado, mesmo a nível concelhio ele é pesado, quanto mais no país e não admite qualquer erro. Por isso, quando nós partimos para uma ação de assumir as competências do concelho não vamos poder cometer erros. Isso são cautelas que temos que tomar e isso é uma atitude ponderada que se exige a qualquer executivo e não tentativas. Já não é altura das tentativas.”-----

Vice-Presidente: “Boa noite a todos, relativamente à questão da ação social achei que devia intervir, porque acho que é difícil perceber aquilo que tem sido trabalho social nestes últimos nove meses. De facto a Câmara sabia que iria existir um “dead line” para aceitar estas competências, mas quando esse prazo foi fixado ninguém adivinharia que iríamos passar por uma situação de pandemia a nível mundial. E isso inverteu tudo aquilo que pode ser a programação em algumas áreas. Nomeadamente na ação social, em que os serviços nunca deixaram de funcionar, os nossos técnicos tiveram sempre em trabalho permanente, mesmo quando a maioria de nós foi para casa. Nós passamos a ter um volume de trabalho três ou quatro vezes maior com que aquele que tínhamos e a prorrogação deste prazo vem exatamente da consciência do Governo Central de que existem sectores que neste momento poderão não estar preparados suficientemente para vir abarcar ainda mais responsabilidades. Quando estamos a falar de pessoas que vivem com carência económica eu não sou neste momento capaz de assumir que a Câmara consiga ir responder a essas necessidades, quando neste momento lida, por exemplo, com quatrocentas famílias que recebem apoio alimentar, quatrocentas famílias que recebem apoio para pagamento de rendas, duzentas ou trezentas famílias que recebem apoio para medicação, e mais uma série de competências que virão aí. Acho que de facto, há coisas em que devemos ser responsáveis e na vida das pessoas acho que é a principal.”-----

Ana Ramos: “Como munícipe estou assustada, francamente, porquê é assim, se já estava para vir estas competências, ok, foi prorrogado por mais um ano ou um ano e pouco, então eu pergunto, naturalmente nós aprendemos fazendo as coisas, naturalmente que temos de ser responsáveis naquilo que assumimos e nas competências que nos são atribuídas e sabermos se somos ou não capazes e termos mãozinhas para o Ferrari, como alguém disse em tempos, mas isto vai acontecer, portanto tem que haver uma estratégia do executivo para conseguir lidar com isso. Eu compreendo que é difícil, eu compreendo que é a vida das pessoas, mas se o executivo que é a entidade



mais próxima das pessoas, não é a Administração Central, eu pergunto como é que vai ser? Vão navegar à deriva e só em Março de dois mil e vinte e dois é que vão então tentar perceber como é que vão fazer as coisas? Porque esta questão da tentativa erro, não foi isso que eu disse, o que disse é que temos que assumir, em algum momento estas responsabilidades. E eu acho que é sempre oportuno assumirmos responsabilidades. Pergunto o que é que vai mudar daqui para daqui a um ano, se vai mudar muita coisa? Se me conseguirem explicar o que é que poderão fazer até lá se calhar fico mais tranquilizada.”-----

Presidente da Câmara: “A questão da oportunidade e da responsabilidade, sinceramente isto é de profunda responsabilidade. Queria lembrar outro exemplo, nós assumimos as responsabilidades da rede viária e até ao momento não houve ainda literalmente nada. Estas duas, de certeza absoluta se as aceitarmos amanhã, daqui a quinze dias ou daqui a um mês esta o assunto assim, porque são difíceis. E sendo difíceis deixa lá que elas vêm cá parar. Agora que está assustada, que se fosse obrigatório, evidentemente que se fosse obrigatório com certeza que não voltamos a cara à luta, de certeza absoluta.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO SETE:-----

Votos contra: onze (11) Bertílio Matias, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Madail, Pedro Coelho, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: catorze (14) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO OITO:-----

Votos contra: onze (11) Bertílio Matias, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Madail, Pedro Coelho, Maria Emília Sousa, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: catorze (14) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, bem como no n.º 1 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro, referente ao procedimento para "Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas do Município", pelo preço base de 12.900,00€ mais IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para Fornecimento de peças e acessórios para máquinas da marca Caterpillar, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 9.840,00€, mais IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

**VOTAÇÃO:**-----Votos contra: zero (00) -----Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Ajuste Direto para fornecimento de peças e acessórios para viaturas das marcas Audi, Skoda e Volkswagen, incluindo serviços de reparação e manutenção, até ao limite de 33.000,00€ mais IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----Votos contra: zero (00) -----Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à proposta de participação financeira no Grupo de Ajuda a



Toxicodependentes (G.A.TO.) para custear o internamento de um munícipe de Albufeira, pelo valor de 3.068,40€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Prorrogação do Processo n.º 037/CEI/20 ID e do Processo n.º 038/CEI/20 ID do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, no âmbito da medida "Contrato Emprego - Inserção (CEI)" destinadas à prestação de trabalho na área da Educação, pelo valor de 43.348,80€; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Se estes trabalhadores são necessários e daí a prorrogação deste contrato, porquê que não são contratados directamente pela Câmara e são contratados através do IEFP?"-----

Cândido Reigado: "É evidente que vamos votar a favor desta proposta, mas somos contra, aliás sempre fomos, a maneira de fazerem esses contratos, ou seja, nós entendemos que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato efetivo de trabalho. Isso quer dizer que os trabalhadores em vez de andarem de contrato em contrato, nós temos no Algarve por exemplo, trabalho precário talvez, se



compararmos todo o Algarve, ou seja todos os trabalhadores do Algarve com o resto do país é onde há mais trabalhadores precários é precisamente no Algarve. Ainda tem outra, embora não seja o problema que está aqui em discussão. É que é onde os salários são mais baixos. Há um nível de diferença salarial de dez a doze por cento a menos, no Algarve que no resto do país. Neste caso vamos votar a favor, precisamente porque são trinta trabalhadores que, das duas uma, ou eram contratados pela Câmara Municipal ou pelo Ministério da Educação, porque já estão a trabalhar nas escolas e será para continuar lá, e aí até teria de ser o Ministério da Educação a fazê-lo, mas entre ficarem no desemprego ou continuarem com o trabalho precário que são mais seis meses até trinta de Junho, evidente que para os trabalhadores é preferível continuarem a trabalhar, daí que nós vamos votar a favor.”-----

Presidente da Câmara: “Evidentemente que isto é para ocupar lugares permanentes, mas só se recorre a esta medida do Instituto de Emprego, que é uma medida que eles têm para implementar, para as entidades públicas e algumas privadas poderem concorrer e poderem se candidatar para que estas pessoas sintam que têm mais alguma coisa para aquilo que é o Fundo de Desemprego. Evidentemente que os concursos estão abertos, para que estas vagas não sejam necessárias recorrer a este tipo de engenharia, porque no fundo é uma engenharia, isto não é definitivo. Até porque se estas pessoas um dia qualquer, esperemos que seja rápido e que a situação económica melhore, as pessoas são chamadas e têm que ir para os empregos, não vão ficar aqui muito tempo, isto é só para ultrapassar questões momentâneas, questões passageiras de falta de recursos humanos. E graças a isto tem sido bastante bom, ainda por cima para as escolas, pode-se dizer que tem até alguns aspetos menos positivos, uma pessoa vai para lá começar mas ao fim de quinze dias ou um mês é chamada para um emprego, vai-se embora, vem outra pessoa, pode acontecer isto. Isto não é muito positivo, mas é a situação que temos, também não acontece muito esta situação tão rápido, mas é a situação que nos tem ajudado a resolver muitas situações das escolas do nosso concelho com o pessoal, que teve de ser aumentado, pela simples razão que as turmas tiveram que ser mais pequenas e ao haver turmas mais pequenas e mais desdobradas, logo aumenta o número de aulas, logo aumenta o número de horas letivas de uma escola, logo aumenta o número de pessoas, portanto tudo isto tem consequências. Nada disto para ser permanente, de maneira nenhuma.”----------



Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho na redação em vigor, referente ao Ajuste Direto para Prestação de Serviços de Recolha, Transporte de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana e Serviços Auxiliares, no município de Albufeira (Janeiro e Fevereiro), pelo preço base de 811.500,00€ mais IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Temos que retomar este ponto que nos acompanha há largos meses e é inevitável começar com este ponto desta forma. Também foi outro ponto muito debatido, duas Assembleias para o debater, é porque tem importância, tem efetivamente, em todos os níveis, desde o ponto de vista da qualidade de serviço à questão do volume financeiro. Na altura foi muito discutido, era um caderno de encargos complexo, um modelo que foi na altura discutido, já não havia nada a fazer quanto ao modelo chegado a este ponto, mas que já foi muito discutido ao longo destas Assembleias, que não era o modelo que partilhávamos e que considerávamos que tinha riscos significativos da sua concretização e efetivamente eles estão à vista. Há largos meses que não se consegue fechar este processo, o litígio seria uma questão que poderia estar em cima da mesa e concretizou-se e posto isto, não há alternativa ao que nos está a ser apresentado, por isso obviamente que viabilizamos, mas a questão que



está aqui é também saber em que ponto está todo o processo da contratação em que fase está? Está em tribunal, mas não sei se há alguma evolução do processo ou alguma perspectiva de quando é que podemos terminar este tipo de adjudicações que é o que se pode fazer neste momento. É o que se pode fazer neste momento, já vos avisamos que anteriormente porque não queremos que Albufeira fique sem esta prestação de serviços e não há outra forma de encarar este problema, mas era de todo evitável que tivesse acontecido. Também, obviamente o Presidente não o queria, mas quando tínhamos um processo daqueles em mãos, algo complexo, era natural que pudesse acontecer por isso, voltando a frisar, o modelo tem de ser repensado e este não é o modelo mais fácil de executar e por ventura, volto a dizê-lo não é o modelo que atingirá os melhores resultados na qualidade de serviço e nas melhorias que são possíveis introduzir, nomeadamente nas metas que são exigíveis e que se na altura quando discutíamos isto discutíamos numa perspectiva que iriam ser, neste momento elas já são uma realidade e vamos ver como é que este contrato, quando se começar a implementar efetivamente vai conseguir acomodar-se às exigências atuais, que já são muito diferentes das exigências à data que ele foi formulado, nomeadamente à recolha dos resíduos urbanos biodegradáveis."-----

Adriano Ferrão: "Penso que o próprio ponto da ordem de trabalhos remete no seu texto a resposta efetiva. A resposta é que se encontra em fase de apreciação judicial no âmbito do processo contencioso pré contratual que corre em termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé. A Câmara Municipal não tem a menor capacidade de influenciar a eficácia dos próprios tribunais, por isso os tribunais têm os seus ritmos, têm as suas dinâmicas e teremos que aguardar. Não há nenhum albufeirense e muito menos o executivo estará fora dessa situação de que gostaríamos de ter já completamente terminado este processo e termos já a empresa que de ora avante assumiria a recolha dos resíduos urbanos. Contudo apanágio um pouco o nosso país o excesso de burocracias e esta imobilidade burocrática que acaba por penalizar não só a população, mas também no fim de contas os próprios ritmos dos órgãos que a gerem."

Presidente da Câmara: "Penso que todos estarão esclarecidos sobre qual é a razão que isto está aqui novamente. Houve o concurso, que já foi discutido o modelo, foi a concurso este modelo, foi depois feita a seriação dos candidatos, três candidatos. Naturalmente seguir-se-ia a feitura do contrato, a remessa do contrato para o Tribunal de Contas, o respetivo visto do Tribunal de Contas e já estaria isto a



funcionar em pleno, e tem grandes inovações este contrato, quando vier a ser concessionado na sua íntegra, já estaria em condições de estar no terreno há mais de um ano. Fez em Abril passado um ano que deu entrada no Tribunal de Loulé e assim se vê a justiça a funcionar no seu melhor, e disse a Lei, tendo em conta a questão da limpeza urbana e recolha de resíduos é um aspeto prioritário, mesmo assim, demorou um ano e tal a sair uma sentença dando razão à Câmara. A primeira instância deu razão à Câmara, agora houve uma reclamação nova, um recurso, e tudo ficou praticamente na mesma. A reclamação foi do terceiro concorrente e não do segundo, também não percebo porquê que o terceiro recorre, não interessa. São guerras que não têm nada a ver a situação de facto. Já pedimos para ser levantado o efeito suspensivo, ainda não houve sentença nesse campo e quando isso acontecer a empresa está com a devida vontade de avançar com o contrato, levar para o Tribunal de Contas, mas até agora ainda não há nada. Vamos esperar que isso seja o mais rápido possível, a justiça é que vai ditando todo este tempo. Daqui a pouco faz no mês de Abril dois anos e continuamos aqui numa situação que é prioritária. Isto agora é só de dois meses, depois haverá outros dois meses, evidentemente que era bom que não fosse necessário nada disto, mas infelizmente é."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: treze (13) Bertílio Matias, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Madail, Pedro Coelho, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Roberto Raposo, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne-----

Votos a favor: doze (12) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

O membro Pedro Coelho ausentou-se da sala. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, conjugado com os n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho na



redação em vigor, referente ao Concurso Público para "Empreitada de Requalificação de Muros, Escadaria e Estabilização da Arriba da Praia do Peneco", pelo preço base de 1.033.900,74€ mais IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Ana Ramos: "Quanto a este ponto gostaria de perguntar se estão equacionadas para além desta intervenção algumas outras intervenções no outro lado das arribas que também estarão em perigo." -----

Presidente da Câmara: "Pelo aquilo que conheço, não só a escadaria, todo aqueles muros de suporte que à envolvência das arribas."-----

Ana Ramos: "Esta intervenção vai desde as escadas do Peneco e vai até onde?"-----

Presidente da Câmara: "A envolvência das escadas."-----

Ana Ramos: "Só essa? E não há outras arribas até à Ruina que precisem? A minha questão é, não existem outras arribas, para lá desta obra que também precisem de intervenção e que corram perigo? Essa é a minha questão?"-----

Presidente da Câmara: "Pode acontecer que haja."-----

Ana Ramos: "Não estão previstas então? É competência da APA? E esta obra?"-----

Presidente da Câmara: "Porque é uma escadaria."-----

Vereador Rogério Neto: "Esta obra, nos termos de delegação de competências para os municípios, no caso da Câmara de Albufeira que aceitou em dois mil e dezoito a competência sobre a área das praias marítimas, a escadaria é uma competência da Câmara porque está dentro do casco urbano. A falésia, arriba não é. Nós na altura, em negociações com a Agência Portuguesa do Ambiente propusemos, como havia uma candidatura à qual nós nos candidatamos, isto vai ter um financiamento, se não estou em erro, de oitenta por cento, ou setenta e cinco, tem um máximo de meio milhão. Portanto, isto é uma candidatura, vamos receber parte deste valor investido e daí entendemos que o município faria a obra na totalidade. Não há intervenção para lá da praia do Peneco, já aqui alguém alertou e já fizemos ofício à Agência Portuguesa do Ambiente, trata-se da arriba entre o Hotel Sol e Mar e o Restaurante Ruina. Não é uma competência nossa, a APA está consciente disso, já lá fizemos uma intervenção de limpeza, naquela malha de aço que lá está e poderemos talvez fazer alguma colaboração com a APA numa futura possibilidade de candidatura."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Pedro Coelho. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Bertílio Matias, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, João Silva, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Raquel Madail, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Rui Gago, Vera Belchior, Gaspar Meirinho, Roberto Raposo, Rui Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos dezasseis e dezassete e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, das Grandes Opções do Plano 2021-2025; -----

PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme as alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do Orçamento e Plano Plurianual 2021-2025, incluindo o Mapa de Pessoal e Quadro Plurianual de Programação Orçamental; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Ana Ramos: "Permitam-me uma intervenção menos espontânea e vou ler. A gravidade da atual conjuntura económica do concelho, o elevado aumento de desemprego e da pobreza que afeta os munícipes exigem da autarquia uma atenção extraordinariamente especial na procura de soluções aos problemas que diariamente se intensificam. Parece-nos, ao Partido Socialista, também tratar-se de um orçamento, este que está agora em discussão, que procura fazer refletir a vontade de fazer obra num curto espaço de tempo. Deveria esta vontade ter sido demonstrada ao longo do mandato e



não agora, no último ano, dando a entender o calculismo político e eleitoral. Os Vereadores do Partido Socialista participaram parcialmente na construção do orçamento, que prevê a execução de obras importantes para o concelho. Algumas delas articuladas com as freguesias. O Partido Socialista propôs assim um conjunto de medidas adicionais, de âmbito social que representam um compromisso de cerca de dez milhões de euros e encontram-se inscritos somente quinhentos mil euros. No entanto, ficou estabelecido pelo executivo o compromisso que numa primeira revisão orçamental ou na prestação de contas estas medidas seriam incluídas com uma atualização das verbas, por essa razão o Partido Socialista irá abster-se hoje na votação, reforçando a grande preocupação de todos com a questão social, podendo aqui o município desempenhar um papel de maior proximidade nas respostas às necessidades sociais. Passo assim a citar o conjunto de medidas a incluir, que o Partido Socialista conta que venham a ser incluídas na primeira revisão orçamental ou na prestação de contas do orçamento e que incorpora ainda medidas anteriormente propostas pelos Vereadores do PS." (Doc. n.º1 anexo a esta ata)-----

Adriano Ferrão: "Embora a lista fosse extensa eu tentei seguir e cativar a informação. De qualquer modo achei esplendido com imensas ações e iniciativas que eu gostaria de ter visto, aliás talvez, num ano parece até um pouco demais para caber num ano fiscal. Algumas das medidas são um déjà vu que já ouvi falar ou li algures ligado a outros concelhos do país. Mas, no seu geral eu perguntava, então estas Grandes Opções do Plano ficariam muito melhor junto do Governo, porque realmente não parecem adequadas a um concelho. São tantas e de tal maneira que parecem que muitas delas estariam muito mais cabimentadas e muito mais adequadas à ação governativa central do que à própria Câmara. Por isso nós não nos podemos substituir pelo Governo, por mais que sejamos complementar das ações sociais que o Governo tenha. Por outro lado parece-me que olhando para as Grandes Opções do Plano do ano dois mil e vinte um e dos investimentos propostos, ao ver aqui cinquenta por cento nas Opções do Plano ligadas às funções sociais com uma relevância enorme para a habitação e serviços coletivos, algo que já há longa data é almejado pelos albufeirenses, porque os munícipes necessitam dessa mesma habitação, quanta gente se queixava, antes do Covid, que não arranjava casa e que é estritamente necessária e num degradê diferente, segundo as bolsas de cada um e dar-lhe essas possibilidades e mesmo atraindo população jovem que se queira fixar aqui. Por outro lado, temos aqui nos



investimentos setenta e um vírgula quarenta e cinco por cento, o que me parece que nas funções sociais é uma parcela bastante abastada para esta situação. Ou seja, as funções sociais têm uma relevância enorme para vinte e um, é uma aposta que a Câmara faz, é uma aposta que vem ao encontro das expectativas da população e a seguir à habitação temos aqui a educação que também está aqui fortemente cabimentada, o investimento também será grande. Por fim, há aqui uma coisa que quero dizer, que não ouvi grande coisa e eu gosto muito de cultura e gosto da ação cultural, e a ação cultural está aqui neste programa da função social que a Câmara quer melhorar para vinte e um. Isso é de enaltecer e os meus parabéns à Câmara por incluir aqui a cultura com tanto relevo."-----

Ana Ramos: "Aproveito a deixa do Senhor Professor Adriano Ferrão, porque de facto era uma das questões que queria trazer e acabei por não me lembrar, tem a ver exatamente com a questão da cultura. Porque há dias tentei ver programas de Natal ou se havia peças ou alguma coisa que eu pudesse em Dezembro ir com os miúdos, fui ao site da Câmara e andei a braços com PDF e programas que eram de dois mil e dezanove. Pergunto se tem havido, embora naturalmente com as limitações de uma pandemia, se tem havido aposta desta Câmara nas questões culturais para que não seja necessário os munícipes irem a Loulé ou a Faro ou a outros concelhos para poderem ver uma peça de teatro ou qualquer outro evento cultural, que parece estar muito parco aqui no concelho, ou pelo menos daqui que vi ao mês de Dezembro e salvo erro mesmo até em relação ao mês de Novembro."-----

Presidente da Câmara: "Tudo isto somado numa máquina de calcular, para além destes dez milhões de euros com a transferência das competências, se fosse da educação, se fosse da ação social, mais estradas que têm os buracos abertos, mais a questão da requalificação da baixa de Albufeira, mais isto e mais aquilo, mais habitação social, mais as obras no parque escolar, sinceramente nem o euro milhões desta semana ou da semana passada daria. Isso era uma questão de ir fazer pormenorizadamente fazer essas contas todas e chegávamos a uma conclusão. Enfim, são questões que não digo que sejam todas de desprezar, nem pouco mais ou menos, são discutíveis, evidentemente que são. Agora, também temos que ter algum cuidado com aquilo que, no fundo afirmamos e dizemos, não podemos dizer tudo assim, porque isto tudo representa verbas, representa quantias em dinheiro. Daquilo que já disse, nós vamos ter um ano de quebra de receitas, esperemos que essa quebra seja menor que deste



ano que está agora a decorrer, isso era razoável para todos. Temos de ter os parques de estacionamento resgatados, era completamente impossível. Evidentemente que não vou estar agora aqui a discutir as medidas, umas são viáveis, outras poderão não ser, outras são justificáveis, outras poderão não ser. Na altura própria, com certeza que se irão resolver. São intenções legítimas."-----

Pedro Coelho: "Ouvindo o seu comentário e também do Adriano Ferrão, não posso deixar de fazer um comentário global. Se calhar um comentário específico primeiro, o parque escolar, era só uma escola que está em causa, porque ao subir o nível de descentralização a escola que Albufeira ganha é a escola secundária antiga, que essa precisa de intervenções, a outra é uma escola nova, julgo que as intervenções são de baixa monta. Por isso, em termos de parques escolares estamos a falar de uma escola. De forma global queria dizer que obviamente que em cada orçamento há opções e se há mais de um lado há menos de outro, há aqui questões que são escolhas, o orçamento é isso mesmo. Dizer que as receitas que referiu, o concelho vive muito das receitas turísticas, num ano onde o setor do turismo é gravemente afetado pela pandemia é normal que também haja essa redistribuição para as pessoas do setor nesses apoios. Julgo que muitos destes apoios que estão aqui elencados deve-se exatamente à principal atividade económica que existe no concelho, que é afetada e ao ser afetada tem que se tentar apoiar neste momento, porque é uma atividade económica que, diga-se que reage rapidamente quando é conjuntural, quando a crise pandémica passar de certeza que o turismo volta a ter o crescimento e a pujança que teve antes da pandemia. Por isso esses apoios públicos neste momento são determinantes em todos os níveis, à escala nacional, mas à escala local. Porque à escala local existe aqui um nicho como nas anteriores abordagens que fizemos a este problema reconhecemos. Há aqui uma monocultura instalada em Albufeira, obviamente no Algarve, mas mais em Albufeira, por isso essa questão social, vai-se sentir enquanto o turismo não recuperar muito em Albufeira e muito mais, face aos demais concelhos da região. Aí, só há uma entidade que pode acudir em maior magnitude, que é a autarquia. Porque como uma especificidade local, a autarquia local é que tem de responder a estas especificidades. E julgo que muitas destas medidas estão inseridas nesse contexto da proposta, obviamente teria que se equacionar as peças do puzzle de forma diferente. Mas na questão da habitação, julgo que a habitação a custos controlados para um segmento que já referimos muitas vezes aqui da classe média deveria ser reforçado. Obviamente



que está lá escrito habitação social, é bem-vinda, é necessária, mas a habitação social, mas a habitação a custos controlados continua a ser um processo que tem de ser mais alavancado no concelho para que haja mais oferta nesse segmento."-----

Roberto Raposo: "Pode parecer muito, mas se tivesse sido dividido pelos outros três orçamentos anteriores, que se formos ver a execução orçamental não chegou nem perto daquilo que foi orçamentado, tínhamos muito mais hoje e não tínhamos acumulado tanto para o último ano."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZASSEIS:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro. -----

Abstencões: treze (13) Bertílio Matias, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Madail, Pedro Coelho, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: onze (11) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZASSETE:-----

Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro. -----

Abstencões: treze (13) Bertílio Matias, Fernando Gregório, Ana Ramos, Raquel Madail, Pedro Coelho, Maria Emília Sousa, Cândido Reigado, Leonardo Paço, Vera Belchior, Roberto Raposo, Presidente da Junta da Guia, Secretário da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: onze (11) Paulo Freitas, Eugénia Baptista, João Silva, Adriano Ferrão, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Rui Gago, Gaspar Meirinho, Rui Bernardo e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

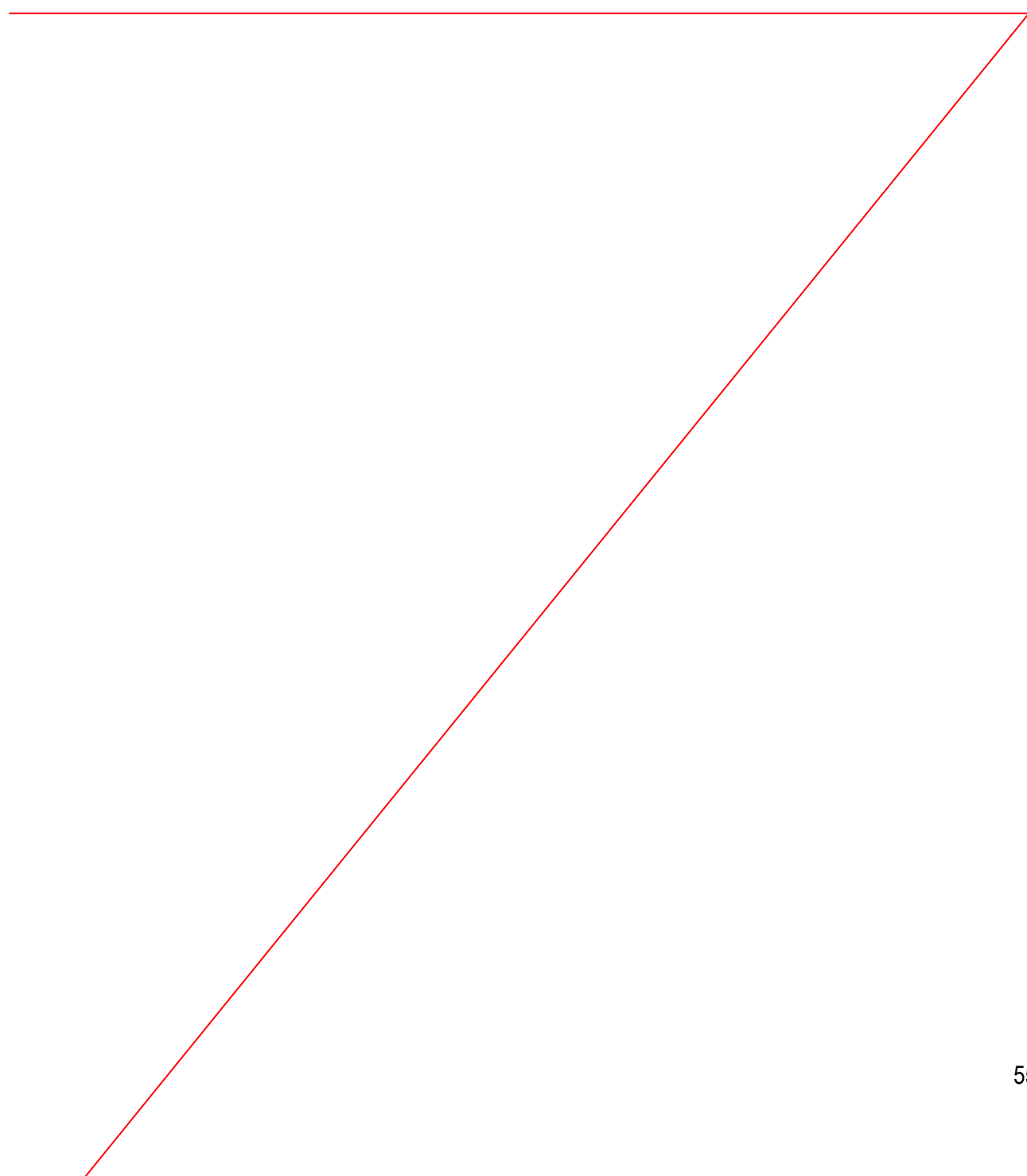
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:20 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 10 de Dezembro de 2020 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____



Doc. n.º 1



2

Passo a citar o conjunto de medidas a incluir na primeira revisão orçamental ou na prestação de contas do orçamento, que incorpora ainda medidas anteriormente propostas pelos vereados do PS:

1. Estágios profissionais para 100 jovens nas mais diversas áreas profissionais, ação social, psicologia, engenharia, arquitetura, nutrição, enfermagem, animação sociocultural, economia, gestão, contabilidade, desporto, medicina dentária, direito, história, geografia, sociologia, entre outros. Esta medida pretende compensar as dificuldades sentidas pelos jovens e recém-formados, resultante do efeito da pandemia nas instituições e empresas, em encontrar uma solução de estágio profissional. Utilizando o modelo dos estágios profissionais do IEFP, com duração de 9 meses com montante mensal previsto na lei, até ao limite para este programa de 1 milhão de euros;

2. Contratação a termo certo, pelo período de 9 meses de 200 operacionais, com o objetivo de junto dos espaços públicos sensibilizarem as pessoas para terem um comportamento adequado e cumprirem as regras impostas pelo estado do uso de máscara e do distanciamento de segurança. A contratação de trabalhadores daria preferência àqueles cujo agregado familiar não tenha qualquer tipo de rendimento, identificados pela Ação Social ou por outras entidades ^{ou uma} dotação de 1.600.000€;

3. Desenvolvimento, em parceria com a UALG, ou outras instituições do ensino superior, de um programa de bolsas destinado a promover a investigação e estudo de temas relacionados com a cidade/concelho, com uma dotação de 150.000€ e a possibilidade de encontrar parcerias que alarguem esse montante. Entre os temas a estudar propomos a demografia e os desafios para Albufeira, o bem-estar social em relação à



3

habitação e serviços básicos, a mobilidade sustentável, a emergência climática e a cidade, o envelhecimento de qualidade na cidade, a relação da cidade com os seus visitantes, os novos modelos produtivos e espaços na cidade, a alimentação sustentável e a cidade e a tecnologia e melhoria dos serviços públicos. Muitos desses desafios tornaram-se ainda mais prementes no contexto da pandemia, exigindo a busca de novas respostas, baseadas no conhecimento;

4. Criação, em colaboração com a ARS e com os ACES respetivos, de uma intervenção na Saúde Oral, através de protocolo com clínicas aderentes, aumentando o acesso a esses cuidados por parte da população, com dotação orçamental de 250.000€;

5. Desenvolvimento de um Programa Municipal de Combate à Toxicodependência, ao Alcoolismo e à Exclusão Social, em articulação com o SICAD, as ONG e outras entidades, promovendo a aproximação dos dependentes e excluídos ao sistema de saúde e aos mecanismos de apoio social. Dotação orçamental de 100.000€;

6. Desenvolvimento de um programa-piloto de apoio aos cuidadores informais, englobando formação, bolsa para pagamento de serviços e criação de estrutura de apoio e enquadramento, com dotação orçamental de 200.000€;

7. Criação de restaurantes solidários a fim de prestarem um serviço de fornecimento de refeições aos mais carenciados e aos sem-abrigo, sem outros meios de obterem uma refeição decente e quente, em regime de takeaway. Objetivo também de promover a restauração em maiores dificuldades, através da criação de vouchers de refeição, dotação de 350.000€;



4

8. Aumento extraordinário de 10% da transferência orçamental destinada às Juntas de Freguesia, especificamente destinado a aumentar o apoio social no combate às situações de pobreza agravadas pela pandemia;

9. Manutenção, ao longo do ano de 2021, das medidas de apoio à atividade económica aplicadas em função da pandemia, designadamente as isenções de taxas municipais para as atividades comerciais, esplanadas, entre outras;

10. Dinamização, pelo Município, de um programa especial de microcrédito destinado a apoiar as pequenas empresas da cidade neste período de retração da atividade económica em função da pandemia valor a orçamentar 5 milhões de euros. Com o objetivo de garantir os postos de trabalho, deverá incluir vários modelos de apoio, parte ou a totalidade a fundo perdido dentro de um intervalo a definir. Este modelo de apoio deverá incluir o tecido empresarial concelhio que nas suas contas manifeste esta verdadeira necessidade e com o compromisso de garantir os postos de trabalho. Servirá para manter as estruturas empresariais e permitir que no futuro próximo possam operar devidamente. Deve ser acompanhado por uma comissão de avaliação.

11. Criação de uma medida de apoio à economia local, com a criação de 20.000 vouchers de 20 euros cada, que seriam adquiridos a 5 euros cada pela população, para gastar no comércio e restauração aderentes através do registo simples numa bolsa. Com valor líquido de 300.000 euros.

12. Abertura da 3ª Fase do fundo empresarial para empresários, que não foram contemplados nas 1ªs e 2ªs fases por existência de divergência na interpretação dos critérios. Dotação de 250.000 euros.